



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

JOÃO MARCELO PEREIRA RIBEIRO

**O COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE
PARA A RIO+20**

Florianópolis

2013



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

JOÃO MARCELO PEREIRA RIBEIRO

**O COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE
PARA A RIO+20**

Florianópolis

2013

JOÃO MARCELO PEREIRA RIBEIRO

**O COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CARATARINENSE
PARA A RIO+20**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Florianópolis

2013

JOÃO MARCELO PEREIRA RIBEIRO

**O COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CARATARINENSE
PARA A RIO+20**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo curso de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de junho de 2013.

Prof. e Orientador José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Rogério Santos da Costa, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Kátia Regina de Macedo, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina

**Dedico essa pesquisa a
Francisco Alves Mendes Filho**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor e orientador Baltazar D'Andrade Guerra pelo seu apoio e suporte durante a realização deste trabalho.

Agradeço a meus pais, Maria Cristina e José Marcio Ribeiro, pela compreensão, paciência e confiança, durante esses meus 24 anos de vida.

Agradeço meus amigos que me acompanharam durante a faculdade, pela suas prestações, em especial a Brisa e a Khawanna.

Agradeço a Deus pela oportunidade desta vida, e pelo conhecimento agregado ao longo desses quatro anos de curso de Relações Internacionais.

*“Não devemos ter medo de inventar seja o que for.
Tudo o que existe em nós existe também na natureza,
pois fazemos parte dela”.*
Pablo Picasso

RESUMO

O presente estudo discute o papel do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 na busca pela inserção do conceito no âmbito de Santa Catarina. O objetivo deste estudo é analisar as formas de atuação da Sociedade Civil Organizada catarinense na difusão dos resultados da Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), trazendo reflexões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável existente na atualidade. A averiguação do conceito de sociedade civil organizada, juntamente com a ideia de desenvolvimento sustentável, permitiu uma análise global do assunto, bem como a visualização dos resultados da Rio+20, acerca do desenvolvimento sustentável, possibilitou a apreciação das demandas levantadas pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 e a convergência na busca por estratégias de atuação no domínio da promoção do desenvolvimento sustentável, evidenciando o posicionamento da sociedade civil que dá suporte a esse novo modelo de desenvolvimento.

Palavras chave: Desenvolvimento sustentável. Sociedade civil. Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20.

ABSTRACT

This study discusses the role of Civil Society Facilitating Committee of Santa Catarina state for Rio+20 (Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20) in the pursuit of the inclusion of this concept in Santa Catarina state. The aim of this study is to analyze the action of civil society organizations in Santa Catarina on disseminating the results of the World Summit for Sustainable Development (RIO+20), bringing reflections around the concept of sustainable development existing today. With this purpose, the investigation of the concept of civil society, along with the idea of sustainable development, enabled a comprehensive analysis of the subject. Likewise, the visualization of the results regarding the Rio +20 sustainable development allowed the appreciation of the demands raised by Civil Society Facilitating Committee for Rio+20 Catarina and the convergence in the search for strategies of action in the field of sustainable development demonstrating the position of civil society which supports this new model of development.

Keywords: Sustainable development. Civil society. Civil Society Facilitating Committee of Santa Catarina state for Rio+20.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
1.4.1 Caracterização da pesquisa	17
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 SOCIEDADE CIVIL.....	20
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	29
3.0 COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA RIO+20	37
3.1 HISTÓRICO.....	37
3.2 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIO+20	38
3.2.2 Eventos Paralelos a Rio+20.....	45
3.3 ESTRATÉGIAS DO COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20.....	47
3.3.1 SÍNTESE DAS DEMANDAS CIVILIZATÓRIAS DO COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20	48
3.3.2 Apresentação de Resultados e Estratégias de atuação.....	63
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de um conceito ou instrumento que visasse o desenvolvimento social sustentável, equilibrando natureza e as necessidades humanas, culminou no debate que apresentou a problemática quanto à garantia das necessidades das futuras gerações.

De acordo com Albuquerque e Oliveira (2009, p. 63),

A década de 90 foi caracterizada pela mudança de alguns conceitos ambientais, como a globalização desses conceitos e a sistematização das ações. [...] Em 1992, no Rio de Janeiro, a Confederação das Nações Unidas para o Meio Ambiente reuniu várias nações para assinar os tratados globais que traduzem de forma inequívoca a universalização da discussão ambiental.

Os Estados vêm participando dessa questão, principalmente na área energética, com medidas de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis, controle do desmatamento e legislação ambiental, buscando preservar o meio ambiente.

A cooperação interestatal é fundamental nesse novo cenário, principalmente no que se refere à tecnologia. Entretanto, críticas às atitudes dos representantes de Estado junto ao interesse ecológico mundial aparecem com frequência em eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no ano de 2012, no Rio de Janeiro.

Segundo Barbieri (2007, p. 71):

A questão ambiental começou efetivamente pelos governos dos Estados nacionais desenvolveu-se à medida que os problemas surgiam. Por um longo período as iniciativas dos governos eram quase exclusivamente de caráter corretivo, isto é, os governos só enfrentavam os problemas ambientais depois que eles já haviam sido criados, embora isso ainda ocorra.

A Rio+20 é uma tentativa das Nações Unidas de discutir as questões ambientais, proveniente da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio-92 ou ECO92, que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992.

A conferência – Rio+20 – buscou definir uma agenda que priorizasse a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação dos desafios e dos progressos na implementação das decisões definidas pelas principais cúpulas sobre o assunto na conferência de 1992, além de incluir novos temas à pauta.

A questão econômica ainda é um entrave para as diretrizes de um desenvolvimento sustentável e isso ficou evidente, não apenas na Rio+20, mas também na ECO 92 (LOWE, 2011, p.616). Enquanto os Estados evitam a adoção de medidas ambientais que impactem sobre suas economias e seu Produto Interno Bruto (PIB), o setor acadêmico e parte do setor privado, buscam propor medidas sócio-ambientais com a finalidade de chegar a um consenso em relação ao problema.

Para garantir a representatividade da sociedade civil catarinense na Rio+20, e propiciar a Santa Catarina os resultados da Conferência, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 propôs-se a desenvolver meios de divulgação e propagação do ideal sustentável.

Por meio de parcerias, metodologias e estudo, o Comitê apresentou à sociedade os resultados dos trabalhos obtidos na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, e desenvolveu estratégias de atuação social e institucional, baseando-se nos temas provenientes das conclusões da Rio+20.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A questão ambiental sempre esteve presente, contudo, ganhou força e notoriedade apenas a partir do século XX. Uma grande quantidade de estudos vem alavancando o tema, e colocando-o como um dos maiores problemas já discutidos na história, mostrando a importância do assunto.

Um exemplo são os projetos ligados ao desenvolvimento de energias renováveis, que segundo Andrade Guerra e Youssef (2012, p.15) “podem ser produzidos localmente, e provêm oportunidades de empregos, geram investimentos locais e reduzem a necessidade de importação de combustíveis fósseis”. Identificar a importância das ações locais é o que esse trabalho visou levantar com o Comitê Facilitado Catarinense para a Rio+20.

Os impactos da má gestão ambiental não são limitados ao território de cada Estado, sendo assim, o descaso de um único estado quanto às questões de sustentabilidade ambiental acarreta em impactos extrafronteiriço, mostrando a importância do tema para os assuntos mundiais, e que ele necessita de grande força de cooperação interestatal.

De acordo com o relatório da Comissão Sobre Governança Global (1996, p. 159):

As conseqüências imediatas das mudanças ambientais relacionadas com a pobreza são localizadas e reclamam uma firme governança no plano nacional. A longo prazo, porém, as conseqüências do negligenciamento são globais, e os países pobres não dispõem de recursos para lidar adequadamente.

Dentro deste aspecto, existe a importância da propagação da idéia de sustentabilidade por meio da inserção do tema com a finalidade de atingir uma grande parte da população para a tomada de consciência, e buscando resultados positivos no que tange a proteção do meio ambiente. Além disso, grande parte do problema ambiental vem da utilização predatória das fontes naturais de energia e matéria prima pelos meios de produção.

Fruto da revolução industrial, a cultura da produção em massa e a utilização das riquezas naturais ganharam força com o estado de bem-estar-social, que culminou na ampliação da perspectiva de vida da humanidade e em aumento na busca pela satisfação material. Isso acarretou num *boom* populacional e, conseqüentemente, numa maior demanda por bens de consumo.

Essas mudanças mundiais, vividas ainda hoje, resultaram em uma preocupação comum. Reflexões quanto aos meios e formas de produção insustentáveis passaram a fazer parte das agendas dos países. O relatório *Brundtland* (1987), da Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também intitulado de “Nosso Futuro Comum”, trata oficialmente, pela primeira vez, do assunto sustentabilidade.

O documento, um dos mais respeitados quando se fala do tema, gira em torno do desenvolvimento econômico sustentável, que buscou, em sua discussão, possibilitar às gerações futuras satisfazer suas necessidades. Com essa idéia, a CMMAD (1987, p.46) define que o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.”

Os processos de discussão de proteção ao meio-ambiente, seus conceitos e ideias, passaram a permear não apenas a esfera política, mas também o cotidiano popular. Nesse sentido a sociedade civil vem firmando-se, tanto no âmbito nacional como internacional, com a premissa de atender os princípios de universalização dos serviços, cujos objetivos finais apresentam uma finalidade social (ALVES, 2000), salvaguardando os interesses da sociedade.

Segundo Francisco de Assis Alvez (2000, p.274):

Poderão ser qualificados como Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público as entidades privadas sem fins lucrativos que atendam ao principio da universalização dos serviços, cujos objetivos sociais apresentem, pelo menos uma

das seguintes finalidades: a promoção da assistência social; da cultura; defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita de educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conversação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável [...]

No contexto ambiental, a Sociedade Civil Catarinense apresenta-se como uma forma estratégica de disseminação das mensagens da Rio+20, especialmente:

[...] através dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, das organizações educacionais, sociais, públicas, privadas e à mídia impressa e audiovisual na perspectiva de contribuir para uma adaptação e ajustamento de conduta da sociedade catarinense à cultura e aos mandatos legais da sustentabilidade”. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012, p.08).

Analisando o desenvolvimento sustentável, e o papel da sociedade civil e suas ferramentas de atuação, esse estudo indaga: qual é o papel da Sociedade Civil Catarinense para a difusão dos conceitos e ideias relacionadas com o desenvolvimento sustentável e a Rio+20?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo de pesquisa “deve ser diretamente relacionado às suas questões da pesquisa, constituindo quase que uma formulação afirmativa daquilo que foi colocado em forma de pergunta.” (MACHADO, 2005, p.47). Ou seja, dando prosseguimento à análise do tema exposto, os objetivos do presente estudo têm por meta responder a questão central deste trabalho e serão definidos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as formas de atuação do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Organizada Catarinense na difusão dos resultados da Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20).

1.2.2 Objetivos específicos

Enquanto o objetivo geral atende ao trabalho todo, os objetivos específicos “são voltados ao atendimento das questões mais particulares da pesquisa. (MEZZARROBA;

MONTEIRO, 2009, p.155). Eles surgem de forma secundária e atende a pontos determinados do trabalho. Por tal definição, o autor apresenta os objetivos específicos deste trabalho:

- Conceituar a Sociedade Civil e Desenvolvimento Sustentável
- Descrever os principais resultados da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20;
- Apresentar as estratégias e propostas de atuação do Comitê Catarinense da Rio+20.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se pela necessidade de disseminar o desenvolvimento sustentável para atingir melhores níveis de bem estar social mundial. A crescente preocupação com os impactos ambientais das políticas econômicas, e a falta de comprometimento dos governos com o tema, tem colocado o mundo em alerta quanto às consequências advindas do assunto, ressaltando a importância de estudos como o presente.

As formas de crescimento e agregação de conhecimento referente ao tema são justificados pela importância que o assunto tem nas políticas privadas e públicas, mostrando que os dois setores tendem a adotar ações conjuntas para a transcendência do objeto de estudo desta pesquisa. Isso possibilitou ao pesquisador uma oportunidade de se aprofundar em uma questão contemporânea, apesar de discutida a mais de um século, e com grande possibilidade de inserção científica, vide as grandes dificuldades de contornar os embates políticos e privados no que toca às questões ambientais.

Smith (1993, p. 21) diz:

A preocupação política e empresarial pela qualidade do ambiente não é um conceito novo. De fato, algumas das principais inquietações remontam à revolução industrial, quando alguns escritores deram voz a uma consciência de degradação ambiental. Nos últimos quarenta anos tem havido numerosas manifestações de preocupação sobre a dinâmica internacional da poluição contínua. Enquanto muitas destas objeções se têm assemelhando a inquietações malthusianas sobre o crescimento da população, a sua importância incitou a uma nova dinâmica na controvérsia científica sobre o aquecimento global e a diminuição do ozônio.

Tais fatos instigaram este autor na busca de respostas sobre o tema, a fim de publicar ideias previamente existentes, engrandecendo o aprendizado e encontrando uma conclusão pessoal, podendo então, colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante o

estudo das relações internacionais, e novos que venham a ser necessários para a otimização deste trabalho. Profissionalmente, poderia ele aplicar os instrumentos descritos nessa pesquisa, para o aprimoramento das atividades de uma empresa, por exemplo, o que impactaria diretamente na comunidade.

De acordo com o relatório da Comissão Sobre Governança Global (1996, p. 160), “a experiência dos últimos anos confirmou a importância de instrumentos que forneçam sinais inequívocos para que as pessoas mudem seus estilos de vida insustentáveis [...]”. Este trabalho participaria com os meios de conscientização comunitária, enfatizando as necessidades ecológicas, pois os consumidores, quando optam pelos produtos de apelo ecológico, estão contribuindo com a preservação da natureza, bem como estão sinalizando sua preocupação com o futuro das próximas gerações (LEITE, 2009, p. 294).

Os impactos de uma comunidade ecologicamente consciente têm resultados no âmbito estatal. Esse estudo é importante para o país, pois apresenta e analisa ideias para o aprimoramento econômico de forma conscientemente sustentável. Os investimentos em tecnologias e estudos são um exemplo disso, pois torna os processos de produção ecologicamente mais eficientes.

Barbieri (2007, p.86) ressalta que:

Os instrumentos de políticas públicas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia são importantes instrumentos implícitos de política ambiental. Essas duas políticas se relacionam reciprocamente, embora as relações entre elas não sejam nem diretas e nem automáticas. Incentivar a realização de projetos para o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente saudáveis é fundamental, mas é necessário criar instrumentos que incentivem a adoção das soluções encontradas.

Portanto, os aspectos conclusivos da Rio+20 apresentados aqui serão importantes para os setores públicos e privados. Assim como as soluções legais como forma de conscientização de proteção ambiental, ficando claro que o país tem responsabilidades nesse processo, podendo essa pesquisa contribuir ainda mais para conscientização estatal e social.

Academicamente, o objeto de pesquisa surge como uma proposta para a elucidação de fatos pessoais quanto à dificuldade institucional do problema ambiental, tornando-se, a universidade, um meio para desenvolver estudos, cooperando para a conclusão deste trabalho.

Sendo assim, este estudo torna-se importante para a universidade como meio de aperfeiçoamento das políticas ambientais da instituição, como também para agregar nos conhecimentos previamente levantados por outros acadêmicos, e colaborar com outros que

se interessem pelo assunto, criando um paralelo entre a rede universitária e as conclusões da Sociedade Civil Catarinense.

Para o curso de relações internacionais o tema é estrategicamente importante, tal como disserta Smith (1993, p. 21)

O tratamento do tema do ambiente na literatura acadêmica tem, em parte, refletido a sujeição geral das questões ambientais à política mundial. Os cientistas das políticas e os acadêmicos de relações internacionais, por exemplo, estavam preocupados com a rivalidade das superpotências, com os problemas do terceiro mundo e com as perturbações políticas internas durante os anos 70 e a primeira metade dos anos 80. A visibilidade e urgência destes problemas serviram para obscurecer o ambiente como tema do discurso acadêmico.

O tema deste artigo permeia a esfera da interdisciplinar e do multisetorial, sendo importante para aspectos político, econômico e industrial, porém todos com o mesmo objetivo comum: a preocupação com as gerações futuras. Por isso existe uma preocupação do autor em garantir a credibilidade deste trabalho, seguindo então, as diretrizes metodológicas apresentadas abaixo.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dada a importâncias do tema pesquisado, buscou-se explicar as manifestações seguindo planejamentos técnicos metodológicos, utilizando conhecimentos teóricos e práticos de pesquisa que visam contribuir para o desenvolvimento do conhecimento. Segundo Oliveira (1998, p.57) “O método deriva da Metodologia e trata do conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos.” Ou seja, são regras e diretrizes que permeiam este estudo e visam concluir os objetivos traçados.

1.4.1 Caracterização da pesquisa

Baseado nos procedimentos metodológicos, este trabalho não tem finalidades práticas de imediato, caracterizando-se assim como uma pesquisa básica. O objeto de pesquisa é a sociedade civil organizada na difusão das ideias de desenvolvimento sustentável, e a abordagem qualitativa se justifica no fato de não utilizar meios estatísticos na análise de dados. Entretanto, a não utilização de técnicas estatísticas não significa que a análise qualitativa seja especulação subjetiva, pois segundo Falcão Viera (2004, p.17) esse tipo de

análise tem por base, conhecimentos teóricos empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.

Com o intuito de estabelecer compreensões para encontrar conclusões da questão central deste trabalho, a pesquisa qualitativa “possui a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema [...]” (OLIVEIRA, 1998, p.117) podendo o autor usufruir de uma interpretação das particularidades dos comportamentos sociais mundiais e dos indivíduos frente às mudanças sustentáveis. Oliveira (1998, p.117) complementa essa idéia quando diz que isso se aplica principalmente quando se trata de investigação sobre fatos do passado em que não se dispõe de muita informação.

Para sustentar a base qualitativa na abordagem da pesquisa, utilizou-se a pesquisa exploratória, pois existe a pretensão do autor de criar uma maior familiaridade com o problema, levando a um aprimoramento das ideias. Houve um levantamento do material necessário para análise do tema, baseado nos conceitos de Marconi e Lakatos (1996, p.57-66), tais como documentos e bibliografias ligados diretamente ao objeto de estudo, sendo fonte de informação: periódicos, manuscritos, documentos oficiais, livros, folhetos, textos legais, processos e pareceres.

Baseado em Oliveira (1998, p.119) os meios de obtenção de bibliografias e documentos, foi pesquisas em bibliotecas públicas, em universidades e faculdades, utilizando-se, também, novos meios de levantamento de informações tais como bases de dados virtuais de universidades e instituições, artigos, documentos e outros na *World Wide Web*. É a partir desses meios que o pesquisador passou a somar uma série de informações para elaborar este trabalho.

Notada a importância dos métodos adotado, o autor buscou, nas finalidades da pesquisa, explicar os fenômenos, focado na interrogação central, desenvolvendo meios que corroborassem com o tema. Para tal, o autor utilizou pesquisa documental.

Marconi e Lakatos (1996, p.66) afirmam que “desta forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” Cervo ainda afirma (1996, p.69) “que o valor e a originalidade de um trabalho científico é medido pelos recursos feito às fontes”.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos básicos. No capítulo primeiro, apresenta-se a introdução, o tema do trabalho, sua delimitação e problemática. Ainda serão abordados o objetivo geral e os específicos, a justificativa e os procedimentos metodológicos utilizados no processo de concepção do trabalho.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta o alicerce bibliográfico por meio da fundamentação teórica na qual o trabalho se apoiou, buscando na doutrina sustentação para o aprofundamento do conhecimento acerca do tema estudado.

O capítulo terceiro culmina nas dissertações finais dos objetivos específicos, abordando diretamente o tema central desta pesquisa. Por fim, no quarto capítulo são apresentadas as considerações finais acerca do tema estudado, bem como sugestões para futuras pesquisas. Apresenta-se, ainda, as referências utilizadas na confecção do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As bases teóricas desta pesquisa, apresentadas em tópicos, fundamentam as discussões do tema na busca dos objetivos previamente traçados.

2.1 SOCIEDADE CIVIL

O conceito de Sociedade Civil não é contemplado com uma definição única e consensual. Ao longo dos anos diversos teóricos trabalharam nessa exclusão de definições, características e nas possibilidades de ação desse ator social, permitindo-nos hoje diferentes conceitos de sociedade civil, estruturados a partir de distintos programas de ação e influências teóricas. (NOGUEIRA, 2003, p.186)

O leque de interpretações sobre o significado é amplo (GOHN, 2005, p.61), e tem se complexificado ainda mais nos últimos anos com a globalização (PINHEIROS, p.75). O termo sociedade civil acompanhou o desenrolar da institucionalização do Estado e da população que o forma, chegando hoje a um contexto complexo e organizado.

Em tais considerações, teóricos políticos e sociais como Aristóteles, Hobbes, Rousseau, Kant, Hegel, Gramsci, Habermas e outros, dissertaram acerca do assunto. As variáveis que rondam o tema proporcionam uma gama de análises e de “compressões excludentes” (ARAUJO LIMA, 2009 p.55), onde se flutua entre esses conceitos, tanto no plano teórico como no mais imediatamente político.

Como afirma Nogueira (2003, p.186), os teóricos, na verdade, frequentam-se reciprocamente, remetendo-se uns aos outros, porém com impactos e desdobramentos políticos completamente distintos.

No contexto histórico, Aristóteles apresenta a primeira ideia clássica que remontava Sociedade Civil como extensão do Estado, vindo de “*societas civilis*” correspondendo a uma comunidade pública ético-política” (GOHN, 2005, p.62) que excluía escravos, crianças e mulheres, considerados não livres (SOARES, 2006, p.77).

Em contraposição ao estado Aristotélico, apresentam-se teóricos políticos como Hobbes, Locke e Rousseau, no século XVIII, “examinando as condições sob as quais os seres humanos poderiam escapar do Estado de natureza e entrar em uma forma contratual de governo baseada na regra da lei, isto é, em uma sociedade civil” (PINHEIROS, p.77), é estabelecido então, o modelo jusnaturalista, proposto no fim do século XVII e início XVIII pelos três contratualistas.

Analisando a concepção da sociedade civil, da sociedade ao estado e do estado à sociedade Bobbio (1982, p.19) descreve que:

[...] o pensamento político moderno, de Hobbes a Hegel, caracteriza-se pela constante tendência – ainda que no interior de diferentes soluções – a considerar o Estado ou sociedade política, em relação ao estado de natureza (ou sociedade natural), como o momento supremo definitivo da vida comum coletiva do homem, ser racional; como resultado mais perfeito ou menos imperfeito daquele processo de racionalização dos instintos ou das paixões ou dos interesses, mediante a qual o reino da força desregrada se transforma no reino da liberdade regulada.

O Estado de Natureza seria a explanação dos instintos primitivos do homem, ou seja, um estado de guerra e violência repleto de insegurança, onde o homem busca satisfazer seus desejos e necessidades de forma egoísta e intolerante.

Conforme Leminski (2013, p.22):

O estado de natureza hobbesiano é, portanto, um estado de guerra permanente de todos contra todos. A total impossibilidade de paz na sociedade natural, “[...] a saída seria a criação de um único vínculo entre esses indivíduos a partir de sua submissão a um poder soberano que impunha ordem e paz social.”

Contrapondo a ideia de Hobbes, de que o poder do soberano garante a vida e a propriedade do indivíduo, ou seja, a força no Estado se sobrepõe à vontade dos indivíduos (JIMENEZ PEREIRA, 2010, p.24), John Locke enfatiza a questão referente à propriedade privada, o que o leva a ampliar o conceito de sociedade civil e a liberdade. Para esse pensador, todos os indivíduos fazem parte dessa associação – a sociedade civil, mas somente os detentores de propriedade são dela integralmente membros. (VILLANOVA; SOUZA, p. 3)

No item 87 do “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, John Locke (2008), propõe a capacidade de ter propriedade como forma de estar inserido na sociedade civil, onde “aqueles que não têm em comum nenhum direito de recurso, ou seja, sobre a terra, estão ainda no estado de natureza, onde cada um serve a si mesmo de juiz e de executor, o que é como mostrei antes, o perfeito estado de natureza.” (LOCKE, 2008, p.58) “[...] essa ambiguidade, permite a Locke afirmar que todos os homens são membros da sociedade, quando se trata de serem governados, e que somente a integram os proprietários, quando se trata de governar”. (MACPHERSON, 1978, apud VILLANOVA; SOUZA, 2013, p.3)

A ideia de John Locke seria corroborada por Immanuel Kant, que apesar de afirmar a soberania do povo, acrescenta que “há cidadãos independentes (os proprietários) e não independentes, que não podem ter direito de voto, nem de serem eleitos.” (NUNES, 2000, p. 156). Essa postura demonstra a ascensão da propriedade privada, e o relacionamento do

filosofo com uma sociedade e uma classe, que se transforma para um capitalismo agrário e a promoção da burguesia. (PINHEIRO, 2013, p.78)

A sociedade ocidental vivia, naquela época, a decadência das monarquias absolutistas, onde as formas de poder eram ainda atreladas à classe dominante. As orientações de Locke quanto à formação de governo era uma revolução para época, já que por muito se era creditado a Deus as famílias escolhidas para governar. As famílias ditas nobres detinham no sangue a chave para a condução de um império, sendo vetada, teoricamente a entrada dos que não tinham títulos de sangue no poder. Paulo Leminski (2013, p.23) conclui que:

por estar inserido em uma sociedade que já apresenta os primeiros sinais do desenvolvimento do sistema capitalista e de ascensão da classe burguesa, sua preocupação primordial não é legitimar o poder do soberano, mas sim de como proceder a sua limitação, garantindo assim o pleno desenvolvimento do capitalismo e a salvaguarda dos direitos burgueses, muito embora suas teorizações no que diz respeito à propriedade privada sejam um pouco confusas, quiçá contraditórias.

Como já citado, Locke propunha a possibilidade de uma nova classe de governar, a classe que detinha o poder da propriedade, e a liberdade de usufruir dessa propriedade. No item 90 do Segundo Tratado sobre Governança Civil ele defende os governos da Sociedade Civil, concluindo “de maneira evidente que a monarquia absoluta, que alguns homens consideram como a única forma de governo do mundo, é na verdade inconsistente com a sociedade civil, e por isso não poderia constituir de forma alguma um governo civil” (LOCKE, 2008, p.59).

Essas reflexões sobre a sociedade civil e suas relações com o Estado passam a ocorrer principalmente na Inglaterra no século XVIII, com a ascensão da burguesia (NUNES, 2000 p.155). Essa independência do homem e a garantia da sua liberdade, e a possibilidade de ascender ao poder, foi dita por Locke (2008, p.58) no Segundo Tratado sobre o Governo Civil,

O homem nasceu como já foi provado, com um direito à liberdade perfeita e em pleno gozo de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, assim como qualquer outro homem ou grupo de homens na terra; a natureza lhe proporciona, então, não somente o poder de preservar aquilo que lhe pertence – ou seja, sua vida, sua liberdade, seus bens – contra as depredações e as tentativas de outros homens [...]

Era também comumente atreladas, nessa época, as sociedades civil e política. A associação da primeira com a sociedade capitalista burguesa e defensora dos direitos privados foi acompanhada pela emergência política (PINHEIROS, p.78). “Não há aqui uma separação entre sociedade civil e sociedade política” (GOHN, 2005, p.62). Como em um primeiro

momento a sociedade civil era considerada aquela com poder de propriedade, automaticamente esses seriam também a sociedade política.

John Locke (2008) fala, sobre a condição para que exista uma sociedade civil, onde “aqueles que estão reunidos de modo a formar um único corpo, com um sistema jurídico e judiciário com autoridade para decidir controvérsias entre eles e punir os ofensores, estão em sociedade civil uns com os outros [...]”, atrelando o conceito de sociedade civil ao sistema jurídico de um povo. No item 89 conclui “que todas as vezes que um número qualquer de homens se unir em uma sociedade, ainda que cada um renuncie ao seu poder executivo da lei da natureza e o confie ao público, lá, e somente lá, existe uma sociedade política ou civil”. (LOCKE, 2008, p.58-59)

Conclui-se então, que para John Locke a capacidade de organizar uma sociedade política ou civil, está atrelada a capacidade desse povo de delegar a um único homem os poderes executivos, ou seja, a sociedade civil é a capacidade de organização política, para que exista uma forma de governo consensual.

Enquanto a grande maioria dos autores do século XVIII interligava sociedade política e sociedade civil, Jean-Jacques Rousseau não comungava desse pensamento (GOHN, 2005, p.63), contrapondo-se a essas idéias com concepção democráticas burguesas. No capítulo IV do livro Contrato Social, Rousseau (2013, p.17), argumenta que todos os homens nascem livres e que ninguém, exceto o próprio ser, pode dela dispor. “Os homens nascem livres e iguais, e não podem renunciar a esses bens. Por conseguinte, o povo nunca deve criar um estado separado de si mesmo.” (NUNES, 2000, p.156)

Sendo assim, o Estado e sua regência pertenciam ao povo, e não ao grupo nutrido de propriedades.

Em suas ideias, Rousseau (2013, p.30) fala do Estado Civil, que seria a passagem do estado natural ao estado civil, em que o homem substitui o instinto pela justiça, baseando as ações na moralidade. Essa substituição seria feita pelo Contrato Social, no qual o homem perderia “a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui”.

É importante ressaltar que Rousseau “não tem a mesma avaliação que tem Hobbes sobre o homem no estado de natureza, pois enquanto Rousseau reconhece a bondade do homem nesse estado, Hobbes não reconhece nenhuma bondade.” (SANTOS, 2009 p.77). Para Rousseau o homem tem duas características no estado natural do ser, a primeira diria respeito ao seu próprio instinto de sobrevivência, de conservação; a segunda, o sentimento de piedade ou compaixão. (LEMINSKI, 2013, p.26)

Para Jean-Jacques Rousseau, o homem perderia essa compaixão, tornado-se egoísta à medida que ascendia a propriedade. Enquanto John Locke via na propriedade privada a possibilidade de ascensão de uma sociedade igualitária, Rousseau entendia que a sociedade civil adquire um sentido negativo, uma vez que representa o espaço da propriedade privada, capaz de corromper a natureza humana. (VILLANOVA E SOUZA, 2013, p.3)

Assim, nas idéias de Rousseau, a sociedade capitalista, em plena ascensão em meados do século XVIII era a grande responsável pela emergência de um homem egoísta movido apenas por interesses particulares, que se distancia cada vez mais de seus atributos naturais. (LEMINSKI, 2013, p.26)

Segundo Correa Benjamin (2000, p.90), Hegel desenvolveu sua filosofia em meio às transformações profundas que ocorreram em sua época. O autor presenciou o desenrolar da Revolução Francesa, o desenvolvimento político na Europa e Prússia, além de ascensão da burguesia. Nesse contexto, Hegel realiza uma síntese entre o pensamento político clássico de Platão e Aristóteles, com o pensamento político moderno de Hobbes, Rousseau, Kant e outros.

Para Leminski (2013), Hegel constrói uma teoria na tentativa de realizar a união entre os valores da liberdade antiga de Aristóteles com o individualismo moderno, uma vez que considera que a complexidade da sociedade moderna apontava a impossibilidade de um “retorno ao estado de natureza”, como idealizou Rousseau, ou mesmo uma reconstrução da pólis grega da era clássica (LEMINSKI 2013, p.26).

Essa síntese envolve a racionalização do estado, que era referenciada aos jusnaturalistas, com a estatização da Razão defendida pelos realistas como Maquiavel.

Bobbio (1982, p.19) afirma que:

Hegel representa essa dissolução, e ao mesmo tempo, a realização dessa história, os dois processos confundem-se: na filosofia do direito, a racionalização do estado celebra o seu próprio triunfo, simultaneamente, é representada não mais como proposta de um modelo ideal, porém como compreensão de um movimento histórico real.

Para entender a racionalização do Estado é imprescindível analisar o modelo dicotômico de Bobbio (2000, p.20) que consiste no momento positivo a sociedade pré-estatal ou antiestatal, em contrapartida a um momento negativo. Nesse processo pode-se entender a execução do caminho percorrido por Hegel.

Primeiramente tem-se um estado de negação radical, ou seja, uma inversão ou eliminação do estado de natureza (Hobbes-Rousseau). Posteriormente, apresenta-se a ideia de um estado de conservação-regulamentação da sociedade natural, deste modo, não mais uma

eliminação, mas um aperfeiçoamento em relação à fase que o precede (Locke-Kant). Bobbio apresenta então o estado de Hegel, sendo uma conservação e superação do estado pré-estatal, havendo um rompimento, ascendendo um momento novo.

A proposta de Hegel rebateu algumas ideias jusnaturalistas. Bobbio e Bovero (1996, p.96) em sua obra *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*, asseveraram que:

[...] a "sociedade civil", que eles representaram partindo do estado de natureza, não é o Estado em sua realidade profunda: é apenas um momento no desenvolvimento do espírito objetivo, que não começa no estado da natureza para terminar na sociedade civil, mas tem início na família (Hegel retoma o modelo aristotélico) para chegar ao Estado, passando através da sociedade civil; esse é o momento que se situa entre a família e o Estado, e representa, na categoria da eticidade, o momento negativo, ou seja, a fase do desenvolvimento histórico em que ocorre, por um lado, a desagregação da unidade familiar, a começar pelo "sistema dos carecimentos", e, por outro, não é ainda reconstituída, mesmo através das primeiras formas de organização social, como a administração da justiça (na qual se deteve Locke) e como a administração pública (na qual se detiveram os teóricos do Estado do bem-estar), a unidade substancial e não apenas formal, orgânica e não apenas mecânica, ética e não apenas jurídica, do Estado.

Ao mesmo tempo, Hegel percebe que, no Estado moderno, entre o indivíduo e o Estado se interpõe necessariamente um âmbito que ele denomina de sociedade civil (VILLA; SOUZA, 2013, p.3). Ele propõe uma trindade formada pela família, sociedade civil e Estado, realizando a substituição do termo sociedade natural (estado de natureza), utilizada pelos jusnaturalistas, pelo termo sociedade civil, cujo conceito assume um estatuto teórico efetivo, procedendo ainda à utilização dos termos sociedade civil e sociedade burguesa como sinônimos (LEMINSKI, 2013, p.28). Comumente era equiparada sociedade política com a classe dominante, como afirma Estevam Alves Moreira Neto (2010, p.41) a sociedade civil para Hegel é a passagem da sociedade pré-política para sociedade política, ou seja, era a ascensão de uma nova classe, que não a nobre.

Conclui-se então, que a separação do Estado e Sociedade Civil viria com Hegel, pois ele “identificava a sociedade civil como um espaço historicamente concreto de interação social entre indivíduos.” (PINHEIRO, 2013, p.79), dividindo as interações sociais em ações políticas, sociais e privadas, sendo que essas interações são condicionadas pelo “sistema das necessidades.” (PINHEIRO, 2013, p.80).

O “sistema de necessidades”, ou seja, das relações econômicas e do seu desenvolvimento, torna-se o campo propício para que Hegel formule uma crítica a essa sociedade emergente, a sociedade burguesa, trazendo uma sinonímia que seria mais tarde aprofundada e radicalizada por Marx.

A singularidade de Hegel repousa no fato deste reconhecer o papel desempenhado pelas organizações sociais – corporações, associações e comunidades da sociedade civil – na mediação do relacionamento político entre o indivíduo e o Estado. (PINHEIRO, 2013, p.80)

Para Silva (et. al, 2011 p. 2), Hegel defendia que o Estado deveria ser a expressão dos interesses coletivos, assumindo um papel universalizador das vontades e interesses particulares. Neste sentido, o universal, o coletivo se concretiza por meio da unidade dos variados interesses individuais e particulares, sendo o Estado o encarregado de manter essa unidade, sem anular, ao mesmo tempo, identidades e oposições.

A inovação de Hegel com a relação à tradição jusnaturalista é radical: na última redação do seu elaboradíssimo sistema de filosofia política e social, tal como aparece na Filosofia do Direito de 1821, ele decide chamar de sociedade civil, - ou seja, como uma expressão que, até seus imediatos predecessores, servia para indicar a sociedade política – a sociedade pré-política, isto é, a fase da sociedade que era também chamada de sociedade natural. Essa inovação é radical com relação a tradição jusnaturalista, porque Hegel, ao representar a esfera das relações pre-estatais, abandona as análises predominantes jurídicas dos jusnaturalista, que tendiam a reduzir as relações econômicas as suas formas jurídicas (BOBBIO, 1982, 28).

Conforme Bobbio (1982, p.31, Marx refere-se constantemente a sociedade civil hegeliana, entretanto ele faz formulações, colocando-a como centro das interações e responsável pelas mesmas, porém a história e os fatos ficam limitados as ações de líderes e de Estados, deixando de lado o verdadeiro ator de toda essa peça. Assim, para Bobbio (1982, p31) a partir de Marx, a sociedade civil:

compreende todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos, no interior de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Ela compreende todo o conjunto da vida comercial, industrial de um grau de desenvolvimento e, portanto transcendendo o Estado e a nação, embora, por outro lado, tenha novamente de se afirmar em relação ao exterior como nacionalidade e de se organizar em relação ao interior como Estado.

Portanto, a sociedade civil de Marx é a arena onde se enfrentam duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado, clarificando a noção de uma sociedade de classes. Essa esfera se constitui simultaneamente como fonte e resultado do domínio da burguesia. A contradição social e a luta entre essas classes é inerente à ordem capitalista. Assim, a sociedade coincide com o momento estrutural, contraposta à superestrutura onde estão as ideologias e instituições (LEMINSKI, 2013, p. 32).

O conceito de Sociedade Civil é recriado por Gramsci, que desenvolve sua reflexão partindo da experiência histórica do local em que vive, para pensar, não apenas a Itália, mas, também, as sociedades capitalistas desenvolvidas de sua época.(VILLA NOVA; SOUZA, 2013, p. 6)

A nova teoria de Gramsci introduz uma inovação em relação a Karl Marx. Conforme Bobbio (1982, p.32) “A sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura”. Ou seja, em sua análise sobre conceito de sociedade civil de Gramsci, Bobbio (1982, p.33) quis mostrar o que Marx já dizia, que a sociedade civil é o centro das interações, apontando a diferença, pois Marx a coloca como parte da estrutura do desenvolvimento histórico, enquanto Gramsci a coloca como parte da superestrutura, e que as mudanças são internas a essa.

Na superestrutura Antonio Gramsci identifica a presença de duas esferas, as chamadas sociedade política e a sociedade civil, onde a sociedade política corresponde ao Estado – e a dominação burguesa pelos aparelhos coercivos do Estado – enquanto a sociedade civil surge, num ambiente capitalista, por meio da complexidade das relações sociais, acarretando em disputas de poder e a difusão das ideologias que abarcam as relações com o Estado. No qual esses interesses diversos abarcam sindicatos, partidos políticos, igrejas, escolas, meios de comunicação e etc. (LEMINSKI, 2013, p. 47)

Ao longo do século XX, o conceito de sociedade civil esteve fortemente associado à elaboração de Antonio Gramsci, todavia a partir dos anos de 1980 o tema tem sido objeto de reconstituição e reinterpretação, ao qual se associam nomes como os de Norberto Bobbio, Alain Touraine, Charles Taylor, Michael Walzer e Jurgen Habermas, entre outros. (NOGUEIRA, 2003, p.187)

Desses teóricos, Habermas constrói uma teoria dualista a partir de sua análise das sociedades capitalistas contemporâneas, dividindo-as em dois grandes complexos: uma esfera sistêmica (dividida em dois subsistemas – subsistema econômico e subsistema político) e uma esfera comunicativa (mundo da vida). Na esfera sistêmica temos a integração a partir do dinheiro e do poder, o mundo da vida é o reino da linguagem, da interação a partir da comunicação, do discurso. (LEMINSKI, 2013, p. 51)

Essas reinterpretações de reformulações da sociedade civil são citadas por Maria da Glória Gohn (2004, p.21):

De uma forma geral, ele surge no período denominado trajetória das transições democráticas. O final dos anos 1970 destaca-se nesta trajetória porque foi quando o termo foi definitivamente introduzido no vocabulário político corrente e passou a ser

objeto de elaboração teórica. Na linguagem política corrente, ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar. Este fato significou a construção de um outro referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo* no plano estatal [...]

Para entender o conceito atual de sociedade civil, tem-se que fazer uma análise das vertentes históricas passadas ao longo do século XX. A contextualização histórica do conceito é fundamental, uma vez que se deseja entender o atual momento da idéia (ABREU, 2011, p.19). O processo histórico também é ressaltado por Nobert Lechner (2013, p.132)

El llamado al fortalecimiento de la sociedad civil surge a mediados de los años setenta a raíz de los golpes militares en el Cono Sur [...] la sociedad civil se contrapone al Estado autoritario. La invocación de la sociedad civil tiene una clara connotación antiautoritaria. Denuncia a un Estado que viola los derechos humanos, reprime la participación ciudadana y desmantela las organizaciones sociales. Expresa una autodefensa, que da voz a un cuerpo social violentado, pero también traza el clivaje principal de la lucha política.

O conceito de sociedade civil passar a ter um caráter de elemento da democracia, seja como uma forma de democratização ou como fonte principal de solidariedade e da integração social. Entretanto, conforme Cohen (2003, p.419), “o contexto em que a discussão irrompeu já não é o do Estado, nem é este o alvo da democratização e da integração, mas a ordem mundial emergente.”

Cohen disserta sobre a globalização do termo sociedade civil, pois hoje ele é usado por políticos, acadêmicos e ativistas em todo o mundo, sendo invocado para tudo, designando desde empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais. (COHEN, 2003, p.419)

Nesse novo cenário, conforme Gohn (2004, p.23) a sociedade civil se amplia para se entrelaçar com a sociedade política. Desenvolve-se um novo espaço público, denominado público não estatal, onde irão situar-se conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público, para a gestão de parcelas da “coisa pública” que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais.

Cresceu, então, uma imagem de sociedade civil como esfera plural de interesses que, mediante progressivas ações associativas, daria curso a uma “vontade geral” quase redentora, a um programa que busque representar os valores e interesses da autonomia social perante o Estado moderno e a economia capitalista (NOGUEIRA, 2003, p.189). Esse cunho

teórico de sociedade civil é o mais parecido com o que temos hoje, identificando-se com a retórica desta pesquisa.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A principal motivação ao longo do século XX foi a produção que gerasse riqueza e lucro, muito pouca atenção foi dada aos efeitos colaterais dessa forma de agir. No final da década de 60 o homem passou a tomar consciência dos graves consequências que essa política poderia resultar. Entre os problemas detectados estavam: exaustão dos recursos mundiais em matéria-prima e combustíveis, imensa poluição do meio ambiente e o aquecimento global. (LOWE, 2011, p.611)

As pressões sobre os ecossistemas do planeta tornaram-se insustentáveis. Antes da revolução industrial, a utilização de recursos da biosfera pelo homem não excedia a 1% da produção primária de material, numa situação aceitável. Atualmente a exploração é na ordem de 10% da produção primária o que, se continuar, pode levar em poucas décadas à destruição da própria biosfera. (CORDANI, 1992, p.98)

A idéia de proteção ambiental não é recente. A interação homem meio-ambiente, e principalmente economia e ecologia, já remontam da década de 1960, na qual alguns economistas passaram a ocupar-se de modo sistemático das atividades econômicas sobre ecossistemas, que fora despertada principalmente com a crise do petróleo daquela década, desenvolveu-se um interesse incomum dos estudos dos aspectos energéticos dos processos econômicos. (BAPTISTA, 2005, p.30)

Notou-se, então, a importância de mecanismos que se renovassem, e que conseguissem manter o ambiente limpo e sustentável. Dessas perspectivas desenvolvimentistas, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável provém de uma profunda reavaliação crítica da interação entre homem e o meio ambiente (RODRIGUES; MARIETTO, 2013, p. 5). Dada a relevância que assume esse tema no contexto de uma economia mundial cada vez mais globalizada, cujo progresso econômico tem gerado graves distúrbios na biosfera, múltiplas formas de interpretação servem aos mais diversos interesses político-ideológicos, gerando propostas bastante diversificadas com vistas à implementação do desenvolvimento sustentável. (LOPES DE SOUZA, 1994, p.1)

As diferentes noções de sustentabilidade ou mesmo de desenvolvimento, dificultam a realização de uma interpretação prática dos objetivos políticos formulados em torno da proposta de “desenvolvimento sustentável”. (CHAVES; RODRIGUES, 2006, p.101)

O conceito de desenvolvimento permaneceu durante muito tempo associado ao crescimento econômico sem considerar as várias formas dos sistemas sociais, políticos e econômicos. “Era suposto que o aumento de riquezas poderia melhorar as condições de vida da população, embora conceitualmente, desenvolvimento e crescimento não tenham o mesmo significado, podendo, inclusive, serem conduzidos de forma oposta.” (MENDES, 2009, p.50)

Gadotti (2005, p.18) observa que o conceito de “desenvolvimento” não é um conceito neutro, pois ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. Nesse argumento, percebeu-se que o desenvolvimento deveria ter conotação que ultrapassasse o aspecto econômico, incluindo o governo, além dos atores sociais e privados. (MENDES, 2009, p.50)

Observando as necessidades e demandas humanas e ambientais, a partir destas constatações, iniciou-se uma reflexão em diversas áreas científicas, para a composição do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento.

O tema sustentabilidade tornou-se recorrente nas discussões internacionais. “Governos, universidades, agências multilaterais e empresas de consultoria técnica introduziram, em escala e extensão crescentes, considerações e propostas que refletem a preocupação com o ‘esverdeamento’ de projetos de desenvolvimento e a ‘democratização’ dos processos de tomada de decisão”. (RATTNER, 1999, p. 233)

Rattner (1999, p.234) completa que:

Sustentabilidade também nos remete a uma dimensão temporal pela comparação de características de um dado contexto ecológico e sociocultural no passado, presente e futuro. O primeiro serve como parâmetro de sustentabilidade, enquanto que o último requer a definição do estado desejável da sociedade no futuro.

A sustentabilidade nos leva a uma luta por um crescimento sustentado, sem uma justificativa rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais desse processo (LEFF, 2001, p.19). “Nessa nova ordem, a bandeira verde pretende representar a defesa da Terra em seu conjunto. Descartando, entretanto, os caminhos porventura escolhidos por cada sociedade, é imposta a noção de ‘benefícios globais.’” (COELHO, 1994, p.233).

Sustentabilidade é a base para o conceito de desenvolvimento sustentável, que é incorporado pela conservação da natureza externa (sustentabilidade ecológica) a sustentabilidade social e também uma sustentabilidade econômica (FOLADORI, 2002, p.104). Além dessas três sustentabilidades Sachs (1993, apud BARBOSA, 2008, p. 8) acrescenta a sustentabilidade social e sustentabilidade política. Definido-as da seguinte maneira:

- a) **Sustentabilidade ecológica** – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados as atividades produtivas.
- b) **Sustentabilidade ambiental** – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.
- c) **Sustentabilidade social** – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e segurança social.
- d) **Sustentabilidade política** – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.
- e) **Sustentabilidade econômica** – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado, e suas eficiências.

Desta forma pode-se dizer que a sustentabilidade deverá “ter diferentes estruturas a partir das diferentes escalas de organização na qual se encontre inserida.” (CHAVES; RODRIGUES, 2006, 102). Partindo dessa idéia, Mendes (2009, p.58) analisa que apesar da diferenciação dos conceitos de sustentabilidade apresentados por Sachs, há neles uma interdependência:

Na sociedade as dimensões social, cultural e psicológica são responsáveis pela mudança de comportamento dos indivíduos. Estas, por sua vez, são fortemente influenciadas pela dimensão política, caracterizada principalmente, pelos jogos de poder e pela dimensão econômica, tendo em vista o paradigma de consumo e trabalho imposto pela sociedade capitalista, os quais afetam a dimensão espacial. A dimensão ecológica, aparece devido aos impactos negativos que estão levando os ecossistemas a desequilíbrios preocupantes com relação à manutenção da vida na Terra, as quais por sua vez, são afetadas pelo modus vivendi do ser humano, ou seja, pelas outras dimensões.

A pedido do secretário geral das Nações Unidas (LEFF, 2001, p.19), foi criada, em 1984, a Comissão Mundial Sobre o Meio-Ambiente. Esta comissão publicou, depois de três anos de estudo, um relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, que viria a ser conhecido também como Informe *Brundtland*, tendo como objeto de estudo o avanço da degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los.

O informe *Brundtland* da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987, p.46) contém a definição de desenvolvimento sustentável. O relatório diz que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” Isso abarcaria tanto as questões sociais, como políticas, econômicas e ambientais. Tal relatório possui informações colhidas pela comissão, ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além da administração do crescimento urbano.

Esse documento ampliou as discussões sobre desenvolvimento e meio ambiente, introduzindo e interrelacionando: sustentabilidade, padrões de desenvolvimento, solidariedade e compromisso entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e entre gerações atuais e futuras, também subdesenvolvimento, pobreza e degradação ambiental a partir de uma visão mais global, todos embutidos uma nova estratégia de desenvolvimento (LOPES DE SOUZA, 2013, p.8)

Vale ressaltar, segundo Gisele Silva Barbosa (2008, p. 2), que um dos principais conceitos debatidos pelo relatório foi o de “equidade” como condição para que haja a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões, por meio de processos democráticos, para o desenvolvimento urbano, principalmente para garantir oportunidades a todos, possibilitando um desenvolvimento sem que exista a “pobreza inevitável”.

O relatório reforçou não só as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, como chama a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre integrantes da sociedade dos nossos tempos. (JACOBI, 2003, p.194) Principalmente que viesse a garantir às futuras gerações as mesmas condições das antecessoras.

Essa perspectiva está no conceito de desenvolvimento apresentado pela CMMAD, que levanta a questão da igualdade entre gerações sob o prisma da sustentabilidade significando que cada geração deve ter o mesmo bem-estar, ou a mesma igualdade de

oportunidades que as demais. (DINIZ; BERMANN, 2012, p.324) Essa definição harmoniza dois objetivos das Nações Unidas: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. (MELLO, 2013, p. 2)

A questão ambiental, talvez mais do que qualquer outra, contribuiu para sedimentar a noção de que a humanidade tem um futuro comum. O desenvolvimento sustentável, conceito hoje largamente difundido e aceito, deve nortear a conduta de todos os países, ricos e pobres. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p.157) “A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.” (JACOBI, 2003, p.191)

A apreensão com o ambiente tomou oficialmente proporções internacionais somente na metade do século passado. Convenções sobre a Pesca da Baleia (1946; 38 signatários), Despejo de Resíduos no Mar (1942, 68 signatários), a Convenção de Viena sobre a Camada de Ozônio (1985), que incluía o Protocolo de Montreal (1987; 91 signatários), ou acordos internacionais como o da Madeira Tropical (1983; 50 signatários) são alguns exemplos de movimentações da preocupação internacional com o meio-ambiente.

Coelho (1994, p.233) diz que:

Meio ambiente é uma função do tempo, sobretudo do tempo econômico. Tal como trata nos últimos vinte anos pela agenda multilateral, a temática ambiental evoluiu significativamente. Conquistou amplos espaços nessa agenda, com base na sofisticação crescente dos conceitos que a informam.

A crescente discussão ao longo do século XX foi coroada com o informe *Brundtland*, que apresentou uma perspectiva renovada à discussão da problemática ambiental e do desenvolvimento.

Esse progresso teve seu ápice no ano de 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro. Nela o tema desenvolvimento sustentável foi discutido por diferentes chefes de Estado. “Nesta conferência foi elaborado e aprovado o programa global (conhecido como Agenda 21) para regulamentar o processo de desenvolvimento sustentável com base nos princípios da sustentabilidade.” (LEFF, 2001, p.20).

A conferência realizada no Rio foi ativa e endossada com a presença de mais de 100 chefes de Estado, confirmando a importância do tema. A questão ambiental transcende as fronteiras. Sob o aspecto dos problemas ambientais, de acordo com o relatório da Comissão Sobre Governança Global (1996, p. 159):

As conseqüências imediatas das mudanças ambientais relacionadas com a pobreza são localizadas e reclamam uma firme governança no plano nacional. A longo prazo, porém, as conseqüências do negligenciamento são globais, e os países pobres não dispõem de recursos para lidar adequadamente.

Apesar da participação de diferentes representantes estatais, a adesão a questão ambiental foi adiada por diversos países, principalmente os já desenvolvidos. A problemática gira em torno dos interesses opostos na apropriação da natureza. Esses interesses são explicitados nas dificuldades para conseguir acordos internacionais sobre os aspectos jurídicos para orientar a passagem para a sustentabilidade. (LEFF, 2001, p.21)

Para Moacir Gadotti (2005, p. 18) há, entre sustentabilidade e capitalismo, uma incompatibilidade de princípios. Tenta-se conciliar dois termos inconciliáveis. Não são inconciliáveis em si, “metafisicamente”. Seriam inconciliáveis no atual contexto da globalização capitalista. O conceito de desenvolvimento sustentável é impensável e inaplicável neste contexto. O fracasso da Agenda 21 seria uma demonstração disso.

Segundo Norman Lowe (2011, p.616) a ECO-92 “provavelmente, foi a maior reunião de líderes mundiais da história. A maioria deles assinou uma série de tratados prometendo proteger o meio-ambiente e reduzir as emissões dos gases do efeito estufa. Entretanto, assinar tratados é uma coisa; aplicá-los é outra muito diferente.”

Assim o conceito de sustentabilidade econômica começa a complicar a análise da sustentabilidade. “Se esse conceito fica restrito ao crescimento econômico e à eficiência produtiva, surge a pergunta: um crescimento ilimitado, como é aquele comandado pelo sistema capitalista, é congruente com a sustentabilidade ambiental?” (FOLADORI, 2002, p.106)

Segundo Rattner (1999, p.34):

O argumento central desenvolvido pelos economistas em favor da sustentabilidade gira em torno da noção de eficiência no uso dos recursos do planeta. A alocação eficiente de recursos naturais, respeitando ao mesmo tempo as preferências dos indivíduos, seria melhor executada em um cenário institucional de mercado competitivo. As possíveis distorções desse mercado poderiam ser corrigidas pela internalização de custos ambientais e/ou eventuais reformas fiscais, coletando-se mais taxas e tributos dos responsáveis pelos processos poluentes. A sustentabilidade seria alcançada pela implementação da racionalidade econômica em escala local, nacional e planetária.

Subitamente, a questão ambiental passa a ter um caráter político, pois a sua solução está na gama de interesses interestatais. Comumente escuta-se o discurso que o grupo de países desenvolvidos, por exemplo, dispõe de cerca de dois séculos para seu crescimento interno, antes que viessem à tona as preocupações com o meio-ambiente. (COELHO, 1994, p.234)

Independente das prerrogativas políticas, à sustentabilidade, conforme Barbieri (1997, p.37) argumenta que:

Considerando que o conceito de desenvolvimento sustentável surge um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, passa a incorporar o significado de manutenção e conservação *ab eterno* dos recursos naturais. Isso exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

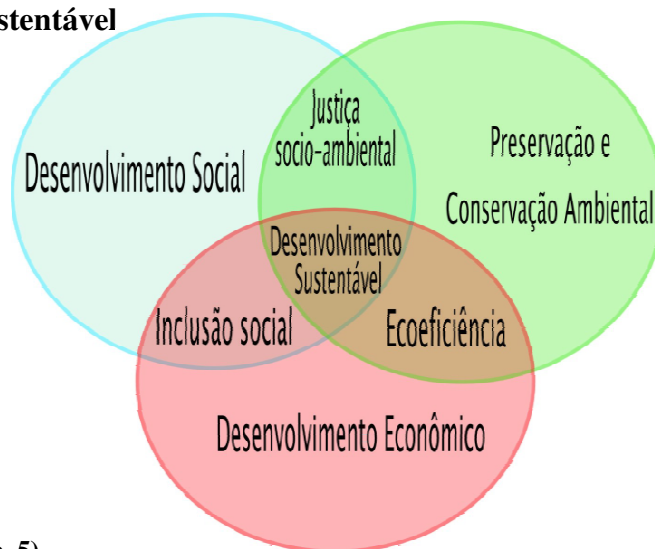
Existe no estado e na sociedade, uma necessidade de conscientização para as atividades sustentáveis que agregam na prospecção de um futuro melhor. Para a concretização deste pensamento; a ética, defesa do meio ambiente e a cidadania devem ser norteadores do processo; enfatizando a importância de práticas coletivas como norteadoras de um processo que, embora englobe os consumidores individuais, prioriza as ações na sua dimensão política.

Nota-se hoje, que o desenvolvimento sustentável não é apenas um movimento de ecologistas e ambientalistas, mas sim uma atitude administrativa que pode resultar em ganho financeiro para as empresas. Validar sistemas ambientalmente e socialmente corretos, além de economicamente viáveis, passa a ser o foco das organizações para que respondam uma pressão da sociedade por modelos de produção de alimentos sustentáveis. (RODRIGUES; MARIETTO, 2013, p. 4)

Apesar das críticas a que tem sido sujeito, o conceito de desenvolvimento sustentável representa um importante avanço, na medida em que a Agenda 21 global, como plano abrangente de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI, considera a complexa relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente numa variedade de áreas, destacando a sua pluralidade, diversidade, multiplicidade e heterogeneidade. (JACOBI, 2003, p.194)

Como afirma Barbosa (2008, p.4) “o desenvolvimento sustentável deve ser uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental”. Abaixo se apresenta a figura que explique essa interação entre os conceitos, para que se possa entender a presente idéia.

Figura 1 – Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável



Fonte: Barbosa (2008, p. 5).

Nessa direção, a problemática ambiental constitui um tema muito propício para aprofundar a reflexão e a prática em torno do impacto das práticas ambientais. Representa também a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural. (JACOBI, 2003, p.192)

Apesar de toda a dificuldade, governantes, simpatizantes, estudantes, sociedade civil e afins, continuam a sua busca pelo aprimoramento das discussões, de modo que as conquistas passadas não sejam esquecidas, e que as definições sejam continuamente lembradas, e foi nessa perspectiva que a Rio+20 foi celebrada.

3 COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA RIO+20

O presente capítulo, em seus tópicos, aborda o entendimento relevantes para a compreensão das atividades do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20.

3.1 HISTÓRICO

Em tempos de globalização, de depredação, de destruição de riquezas naturais e humanas, e um desconcerto cultural entorno do tema sustentabilidade, a percepção sobre a importância da pesquisa, da reflexão crítica e a atuação dos pesquisadores nos diversos espaços públicos, possibilita a discussão do tema desenvolvimento sustentável (VOLPATO, 2012, p.7). Vem da área acadêmica os maiores atuantes nas questões ligadas a Rio+20, proporcionando um leque de atividades e atuações acerca do tema.

Conforme Sousa, Silva, Borges e Gonsalves (2012, p. 7):

Em janeiro de 2012, com o objetivo de trazer as discussões da Rio+20 ao nível local e reafirmar os compromissos para o Desenvolvimento Sustentável iniciados na RIO-92, assumindo um compromisso de gerações, membros do GTHidro convocam as primeiras reuniões abertas para a construção de uma proposta. Neste contexto, surge o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a RIO+20, visando facilitar o envolvimento da sociedade civil catarinense no processo transitório para o Desenvolvimento Sustentável posto em pauta nas inúmeras conferências que constituíram a Rio+20.

Foi do GTHidro (Grupo Transdisciplinar de Governança da Água e do Território, do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)), a idéia de formar um grupo que buscasse uma representatividade para o Estado de Santa Catarina na Rio+20.

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a RIO+20 foi criado no ano de 2012 para articular medidas de posicionamento da sociedade Catarinense frente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). “Visando facilitar o envolvimento da sociedade civil catarinense no processo transitório para o desenvolvimento sustentável posto em pauta nas inúmeras conferências que construíram a Rio+20 (SOUZA; SILVA; BORGES; GONSALVES, 2012, p.7).

Funcionando como um promotor e intermediário nas definições das necessidades sociais, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense tem por objetivo levantar as demandas do estado de Santa Catarina, levá-las a Rio+20 e posteriormente apresentar os

resultados das discussões da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, à sociedade civil catarinense. Para atingir tal objetivo foram realizado e promovido debates e audiências públicas identificando as demandas das comunidades do estado de Santa Catarina.

Para tratar dos assuntos pertinentes a serem levantados pela Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20, realizaram-se debates, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, junto a “representantes de comunidades, associações, organizações de representação profissional, ONG’s, políticos, professores, universitários, e demais representantes da sociedade civil [...]” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.7)

A promoção dos debates permitiu que fosse criado, por meio de uma metodologia construtivista¹ e participativa² de governança local, o empoderamento da sociedade civil, para que a mesma pudesse contribuir de forma qualificada acerca dos seis temas trabalhados: Água e Saneamento, Planejamento Territorial, Educação e Cultura, Agricultura, Economia Verde e Governança, apresentado na Conferência Mundial para Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.7)

Nessa “Conferência Preparatória SC+20” os resultados do processo dos diálogos foram sintetizados e validados em um documento com o nome “Demandas Civilizatórias do Processo de Facilitação da Sociedade Civil Catarinense à Rio+20”, na qual as contribuições de todas as regiões foram trabalhadas e adicionadas e “este documento foi levado ao Rio de Janeiro com o objetivo de apoiar a representação da sociedade civil catarinense nos eventos durante a Rio+20, em Junho de 2012.” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.8)

3.2 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIO+20

¹ Segundo Siqueira e Erdmann (2007, p.291): a metodologia construtivista entende que existe uma estreita inter-relação entre todos os elementos que compõe o mundo, do qual cada pessoa participa, através de sua interação com o ambiente, na contínua construção/(re)construção do conhecimento,

² Segundo Melo Neto (2013, p.2) metodologia participativa seria o estabelecimento de uma cultura democrática, fomentadora da autonomia da pessoa, para a compreensão e o exercício do poder de forma a atender a todos os movimentos sociais.

A proposta de realização de uma nova Conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e de sediá-la no Brasil foi introduzida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, no discurso de abertura da 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas. (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2013, p. 2)

É na resolução GA 64/236, da Assembléia Geral da ONU (2010), que fica definido as diretrizes para a celebração da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no ano de 2012, por meio da qual A Assembléia Geral:

20. *Decide* organizar, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no mais alto nível possível, incluindo Chefes de Estado e Governo ou outros representantes, e nesse sentido aceita com gratidão a oferta generosa do Governo Brasileiro de sediar a Conferência, e determina que:

(a) O objetivo da Conferência será garantir um compromisso renovado em nome do desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso obtido até o presente e as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das maiores cúpulas de desenvolvimento sustentável, abordando desafios novos e emergentes. O foco da Conferência incluirá o seguintes temas a serem discutidos e aperfeiçoados durante o processo preparatório: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável;

A Conferência Oficial debateu dois temas centrais. Conforme site da United Nations *“the Conference will focus on two themes: (a) a green economy in the context of sustainable development poverty eradication; and (b) the institutional framework for sustainable development.”* (UNITED NATIONS, 2013) Ou seja, “A transição de uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”, e “O quadro institucional (instrumentos de governança) para o desenvolvimento sustentável.” (VITAE CIVILIS, 2012, p.2).

Fica também definido, nessa resolução, item 25, sobre as reuniões do Comitê Preparatório, totalizando três reuniões, sendo a primeira e segunda realizadas nos anos de 2010 e 2011 respectivamente, para discutir temas substantivos da Conferência. A terceira e última reunião, foi realizada no Brasil, já no ano de 2012, em momento imediatamente anterior a Conferência (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010^B, p.6).

Vinte anos após a Cúpula da Terra de 1992 (Eco-92), no Rio, oportunidade em que os países adotaram a Agenda 21 – fica definido as diretrizes com um plano para repensar o crescimento econômico, avançar na igualdade social e assegurar a proteção ambiental – a

ONU reuniu novamente; governos, instituições internacionais e *major groups*³ para acordar uma série de medidas inteligentes que possam reduzir a pobreza e, ao mesmo tempo, promover o trabalho decente, energia limpa e o uso mais justo e sustentável dos recursos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^A, p.3).

A Rio+20 - abreviação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 2012 - é considerada, pela ONU, uma oportunidade histórica para definir os caminhos para um mundo mais seguro, igualitário, limpo, verde e próspero para todos e, pela *The Global Compact* (2012, p.03), como uma oportunidade de promover um forte senso de propósito comum e de responsabilidade coletiva entre todos os atores - governos, empresas, investidores, cidadãos, consumidores, trabalhadores e educadores.

O objetivo da Conferência, que consta no site da Organização das Nações Unidas (2013^B) é:

assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B).

A conferência tinha como objetivo principal avaliar o progresso das implementações e decisões tomadas nas conferências já realizadas pela ONU, acerca do tema desenvolvimento sustentável. Além de pretender estabelecer novos compromissos políticos para guiar os países na busca pelo desenvolvimento, somado à proteção ambiental. (KUNZLER, 2012, p.27) Nesse sentido, o evento pretendia avaliar os resultados dos últimos 20 anos, discutir os futuros desafios e, na resolução final, realizar recomendações que visassem uma economia voltada para o desenvolvimento sustentável. (ROSSIN; REZENDE, 2012, p.2)

A convocação da Rio+20 reacendeu as esperanças de avançar na transição à uma sociedade global sustentável. A humanidade já havia transmitido essa impressão, especialmente na década retrasada (na Eco-92), de ter adquirido uma compreensão bastante acurada dos desafios que a civilização moderna terá que superar para mitigar e adaptar-se ao estresse ambiental planetário. (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012. p.20)

³ A Agenda 21 define nove major groups: mulheres; crianças e jovens; povos indígenas; ONGs; autoridades locais; trabalhadores e sindicatos; empresários e industriais; a comunidade técnica e científica e agricultores.

Entretanto, as circunstâncias em que ocorreu a Rio+20 são muito diferentes daquelas que influenciaram a Rio 92. No final da década de 1980, uma série de eventos de proporções globais afetou a dinâmica do sistema internacional. A queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética, o colapso do comunismo e o fim da era bipolar renovaram a crença dos povos nas soluções multilaterais dos problemas mundiais. (TOMÉ SILVA, 2012, p.2)

O ano 2012 poderia ter sido um momento oportuno diante dos acontecimentos globais recentes, tais como a crise econômica Européia e Norte Americana, pois ascendeu a questão que se deve buscar um modelo novo, que atenda as produções e consumos, “um sistema que garanta a manutenção das riquezas naturais e conseqüentemente a sustentabilidade do planeta. (ROSSIN; REZENDE, 2012, p.2)

Entretanto, esses eventos acabaram engessando ainda mais as discussões e soluções que poderiam ter-se apresentando na Rio+20, conforme afirma Fernando Lagares Távora (2012, p. 3):

[...] crise financeira latente em 2012, iniciada em 2008, e incendiada pela crise da taxa prime nos EUA, pela crise dos preços internacionais das commodities agrícolas, por vultosos gastos de guerras por parte de muitos países, revoltas políticas em várias partes do mundo e mesmo desastres naturais levaram a um cenário de maior dificuldade de negociação para transição para um desenvolvimento mais sustentável.

Esse é o pano de fundo em que ocorreu a Rio+20. Esse fato é importante para entendermos a real dimensão do problema que se colocou. Os Países não conseguiram se desligar do contexto de crise em que vivemos atualmente. O resultado disso foi, por exemplo, a recusa dos países desenvolvidos em aportar recursos financeiros para um fundo internacional de promoção do desenvolvimento sustentável, por mais modesto que fosse. (TOMÉ SILVA, 2012, p.3)

Segundo o documento “*Rio+20 in Numbers*”, durante nove dias (13-22 junho), milhares de eventos foram realizados durante a Rio+20. Ao todo mais de 500 eventos oficiais e paralelos aconteceram no Centro de Convenções Riocentro, onde a conferência foi realizada. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^D, p.1)

Conforme a ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^D (2012, p.1) até o fechamento da conferência no dia 22 de junho de 2012, foi um total de 45.381 participantes, com participação oficial de 188 delegações de 188 Estados-Membros e três observadores. Mais de 100 Chefes de Estado e de Governo. Aproximadamente 12.000 delegados. Um total de 9.856 ONGs e Major Groups. A imprensa e mídia compareceram com 4.075. Foi

disponibilizado um total de 1.781 credenciais para os dias (16 a 19) dos Diálogos para a sociedade civil.

Um total de 4.363 pessoas apenas para o serviço de segurança. Mais de 1.500 pessoas se ofereceram para o trabalho voluntário, incluindo jovens, selecionadas a partir de escolas técnicas, estudantes de escolas públicas do Rio de Janeiro, estudantes universitários e profissionais de todo o Brasil. Cerca de 700 jovens de comunidades vulneráveis foram selecionados, sendo que 5% dos voluntários eram pessoas com deficiência. Mais de cerca de 5.000 pessoas trabalharam no Riocentro diariamente.

Próximo ao local do evento, uma área de exposição, aberta ao público, foi criada no Parque dos Atletas para mostrar práticas de desenvolvimento sustentável, com exposições de 57 países (área total de 7.000 m²) e 33 organizações internacionais e agências especializadas (área total de 1.305 m²).

A Rio +20 foi a maior conferência da ONU já feita, com ampla participação de líderes de governo, empresas e sociedade civil, bem como funcionários da ONU, acadêmicos, jornalistas e público em geral. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^D, p.1)

Levando-se em conta os três aspectos do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental, foram renovados, durante a Conferência, os compromissos políticos estabelecidos, entre outros, nas Declarações de Estocolmo e do Rio, na Agenda 21, no Plano de Implementação de Johannesburgo, nas Convenções de Mudança Climática, Diversidade Biológica, Combate à Desertificação, e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (TÁVORA, 2012, p.13)

O principal desfecho da Rio+20 foi um documento final de 53 páginas, acordado por 188 países, que dita o caminho para a cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável. Além disso, governos, empresários e outros parceiros da sociedade civil registraram mais de 700 compromissos com ações concretas que proporcionem resultados no terreno para responder a necessidades específicas, como energia sustentável e transporte. Os compromissos assumidos no Rio incluem 50 bilhões de dólares que ajudarão um bilhão de pessoas a ter acesso a energia sustentável. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B)

Esse documento, nomeado “*O futuro que queremos*”, está dividido em seis capítulos, sendo o primeiro o “*Our Common Vision*”, que seria o ponto de vista dos Estados que lá estavam representados, a segunda parte é a “*Renewing political commitment*”, que é a afirmação do comprometimento com ideais propostos em outras ações a favor do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Nos três capítulos subsequentes, há a discussão

referente à economia verde, assim com desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. (STIEFELMANN, 2012, p.56)

A Rio+20 afirmou princípios fundamentais – renovou compromissos essenciais – e deu uma nova direção. Entretanto, até o último dia os países desenvolvidos, entre eles os EUA, estavam inclinados a não aceitação da renovação da promoção do desenvolvimento sustentável. “Somente no último dia as forças conservadoras cederam à pressão e concordaram que a reafirmação dos princípios de Estocolmo (de 1972) e do Rio (de 1992) permanecesse no texto final da Rio+20, intitulado “O Futuro que Queremos”. Esta foi uma primeira vitória: evitar o retrocesso.” (TOMÉ SILVA, 2012, p.3)

Os países reafirmaram os princípios enunciados na Cúpula da Terra de 1992 e em diversas conferências subsequentes sobre desenvolvimento sustentável. Conforme o site da Rio+20 hospedado nos domínios da ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2013^B), apresenta-se abaixo os resultados:

Economia verde: Pela primeira vez, países elaboraram sobre o que está – e o que não está – envolvido no desenvolvimento de uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. No documento final, países dedicaram uma seção para detalhar como as políticas econômicas podem ser uma ferramenta para avançar no desenvolvimento sustentável, observando que todos os países estão aprendendo como tornar suas economias mais verdes e aprendendo uns com os outros a partir do compartilhamento de experiências e lições. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B)

Além disso, as Nações Unidas reconheceram que há diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para que os países adotem estratégias autônomas de desenvolvimento sustentável. Além disso, restou definido um conjunto de elementos básicos relativos à economia verde, em especial a necessidade de respeito aos princípios à Agenda 21 e ao Plano de Ação de Johanesburgo. (TOMÉ SILVA, 2012, p.3)

Lidar globalmente com a sustentabilidade: No Rio, países concordaram com duas medidas que fortalecerão a arquitetura de apoio às ações internacionais de desenvolvimento sustentável. Isto inclui um novo organismo para futura tomada de decisões globais, assim como o fortalecimento da capacidade da ONU de monitorar, avaliar e lidar com questões ambientais.

- Os países concordaram em estabelecer um fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável com adesão universal que reunirá tomadores de decisão de

governos e sociedade civil para discussões sobre como integrar as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável.

- Os países também concordaram com um fortalecimento significativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [PNUMA] ao torná-lo um corpo de adesão universal e ampliar seu financiamento. Especificamente, o acordo pede “seguros, estáveis, adequados e ampliados recursos financeiros do orçamento regular da ONU e contribuições voluntárias para cumprir seu mandato.”

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): os países, na Rio+20, concordaram com a necessidade de estabelecer alguns objetivos de desenvolvimento sustentável que são “ações orientadas, concisas e de fácil compreensão” e que sejam de natureza global e universalmente aplicáveis a todos os países. Eles serão estabelecidos ao longo dos próximos dois anos com empenho nas áreas prioritárias do desenvolvimento sustentável, ajudando a medir o progresso. “A Assembleia Geral da ONU estabelecerá um painel intergovernamental de 30 membros para desenvolver os ODS.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B)

Recursos: Conforme o inciso 254 do “*The Future We Want*” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^C, p.48) os estados reconhecem a necessidade de métodos de financiamentos, principalmente para países em desenvolvimento:

254. We recognize the need for significant mobilization of resources from a variety of sources and the effective use of financing, in order to give strong support to developing countries in their efforts to promote sustainable development, including through actions undertaken in accordance with the outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development and for achieving sustainable development goals.

Os países concordaram em desenvolver uma estratégia de financiamento do desenvolvimento sustentável para atender os compromissos acordados no Rio, incluindo esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. “Um comitê intergovernamental, compreendendo 30 especialistas nomeados por grupos regionais, com representação geográfica equitativa, implementará este processo, concluindo seu trabalho em 2014.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B)

Produção e consumo sustentáveis: Um quadro de programas sobre produção e consumo sustentáveis foi adotado para guiar os países nos próximos dez anos para tornar seus padrões mais sustentáveis. Na sessão da Assembleia Geral que começou em setembro de 2012, um corpo de Estados-Membros foi convocado para adotar as medidas necessárias para liderar a implementação do quadro. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B)

Tecnologia: O documento final da Rio+20 pede o fortalecimento da colaboração em pesquisa internacional sobre tecnologias ambientalmente saudáveis e solicitações relevantes de agências da ONU para identificar opções para um mecanismo de facilitação de transferência de tecnologia, conforme item 270 do “*The future We Want*” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^C, p.51):

270. We stress the importance of access by all countries to environmentally sound technologies, new knowledge, know-how and expertise. We further stress the importance of cooperative action on technology innovation, research and development. We agree to explore modalities in the relevant forums for enhanced access to environmentally sound technologies by developing countries.

Medir o crescimento sustentável: As medidas atuais, como o Produto Interno Bruto [PIB], não refletem o progresso nas dimensões social e ambiental do desenvolvimento sustentável, países concordaram que medidas mais amplas de progresso são necessárias para complementar o PIB. “A Comissão de Estatística da ONU foi requisitada a lançar um programa de trabalho nesta área a partir de iniciativas existentes.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B)

Relatórios de sustentabilidade empresarial: A Rio+20 deu um grande passo ao encorajar empresas, especialmente de capital aberto e grandes companhias, a considerar a integração de informações de sustentabilidade em seus relatórios periódicos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012^B)

3.2.2 Eventos Paralelos a Rio+20

Paralelamente ao evento oficial da Rio+20, outras atividades, encontros, discussões, estudos e etc. aconteceram. Esses eventos temáticos sociais foram definidos na ECO-92, e oficializados na Agenda 21 (1992, p.361) no item 23.2:

Um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões. Ademais, no contexto mais específico do meio ambiente e do desenvolvimento, surgiu a necessidade de novas formas de participação. Isso inclui a necessidade de indivíduos, grupos e organizações de participar em procedimentos de avaliação do impacto ambiental e de conhecer e participar das decisões, particularmente daquelas que possam vir a afetar as comunidades nas quais vivem e trabalham. Indivíduos, grupos e organizações devem ter acesso à informação pertinente ao meio ambiente e desenvolvimento detida pelas autoridades nacionais, inclusive informações sobre produtos e atividades que têm ou possam ter um impacto significativo sobre o meio ambiente, assim como informações sobre medidas de proteção ambiental.

Um dos principais eventos paralelos a Conferência foi a Cúpula dos Povos. Um evento organizado pela sociedade civil global, que aconteceu entre os dias 15 e 23 de junho de 2012 no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro – paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20.

A Cúpula é um processo de acúmulos históricos e convergências das lutas locais, regionais e globais, que tem como marco político a luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica. (CUPULA DOS POVOS, 2013)

Conforme o documento oficial da Cúpula na Conferência (2012, p.26)

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de Lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadore/as, povos e com unidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências.

Para atender as demandas a qual se propõe, a Cúpula dos Povos foi dividida em três eixos de discussões. O primeiro eixo tem um caráter crítico com a denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital. Foi exposto à sociedade civil as razões dos problemas de ordem social e ambiental do planeta. Já com a participação de representantes de diversos países, a Cúpula apresentou soluções e novos paradigmas dos povos para os problemas mais graves enfrentados hoje no mundo, sendo definido esse como o principal e segundo eixo. Por fim, o terceiro eixo objetivou estimular organizações e movimentos sociais a articular processos de luta anticapitalista pós-Rio+20. (CÚPULA DOS POVOS, 2013)

No site da Cúpula dos Povos (<http://cupuladospovos.org.br/2011/12/chamado-global/>) encontram-se o objetivo e a proposta do movimento:

2. OBJETIVO COMUM: As organizações da sociedade civil e os movimentos sociais e populares de todo o mundo que buscam transformar o momento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) em uma oportunidade para enfrentar os graves problemas com que se defrontam a humanidade e o planeta construirão, juntas, o processo que culminará na demonstração do fortalecimento do poder político da sociedade na realização, em junho de 2012, do evento denominado Cúpula dos Povos na Rio+20 por justiça social e ambiental, autônomo e paralelo à UNCSD.

3. PROPOSTA DE PROCESSO. [...] As questões propostas e aprovadas para estimular o debate nos grupos autogestionados são: **1)** Quais são as causas estruturais das múltiplas crises e das falhas na implementação dos acordos internacionais? **2)** Como podemos construir uma nova economia baseada na justiça social e ambiental? **3)** Como podemos visibilizar as lutas de resistência e em defesa dos territórios e ampliar e reivindicar as experiências existentes de produção, consumo e de transformação portadoras do futuro agora? **4)** Como barrar a

mercantilização da vida, a privatização da natureza e dos bens comuns? 5) Como potencializar as estratégias de luta e de articulação, as campanhas existentes e fazer emergir novas campanhas? 6) Que governança global queremos frente a atual arquitetura de poder?

O título “Em Defesa dos Bens Comuns e Contra a Mercantilização da Vida” foi apresentado no documento final da Cúpula dos Povos (2012, p.4)

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e pelo respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com trabalhadores/as e povos.

Com a vertente de discussão das causas estruturais das crises e de falsas soluções, o evento tratou os problemas sociais e ambientais chamando atenção para o poder de interferência das corporações e da iniciativa privada nas negociações da Rio+20.

Essa crítica a falsas soluções está no documento final da Cúpula dos Povos (2012, p.2)

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global.

Na opinião dos movimentos sociais envolvidos na Cúpula dos Povos, a pauta prevista para a Rio+20 oficial, a chamada “economia verde”, foi considerada insatisfatória para lidar com a crise ambiental. (RIO+20, 2012) Esse termo foi amplamente criticado nos documentos da Cúpula (2012, p.34), notadamente no capítulo 3, “O que está em jogo na Rio+20”:

A “economia verde”, ao contrário do que o seu nome sugere, é outra fase da acumulação capitalista. Nada na “economia verde” questiona ou substitui a economia baseada no extrativismo de combustíveis fósseis, nem os seus padrões de consumo e produção industrial. Essa economia estende a economia exploradora das pessoas e do ambiente para novas áreas, alimentando assim o mito de que é possível o crescimento econômico infinito.

Nota-se, então, que as conclusões ditas otimistas nos documentos oficiais da Rio+20, não foram as observadas pela Cúpula dos Povos, que concentrou suas constatações em críticas as atitudes tomadas por líderes políticos.

3.3 ESTRATÉGIAS DO COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20

As ações do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 foram pontuadas em etapa: compreender o levantamento das demandas do Estado de Santa Catarina junto aos interessados; apresentar tais discussões na da Rio+20; apresentar as conclusões em torno das discussões a sociedade civil catarinense; e propor diretrizes estratégicas para o Estado de Santa Catarina atingir o desenvolvimento sustentável

3.3.1 SÍNTESE DAS DEMANDAS CIVILIZATÓRIAS DO COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20

O documento “Demandas Civilizatórias do Processo de Facilitação da Sociedade Civil Catarinense para Rio+20” reúne os desafios e soluções acerca de cada um dos temas, de onde emergiram elementos, o que é chamado de temas transversais.

Segundo o Ministério da Educação e do Desporto (BRASIL, 1998, p.26) os:

Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. Sendo debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social quanto à atuação pessoal.

Baseando-se em diálogos e a partir da transversalidade, para a criação das “Demandas Civilizatórias do Processo de Facilitação da Sociedade Civil Catarinense para Rio+20” foram realizadas reuniões em quatro regiões do estado de Santa Catarina. Esses resultados obtidos a partir desses Diálogos Sociais Temáticos possibilitaram a criação de um documento, cuja síntese foi levado para apresentação na Rio+20.

Para uma organização dos temas pertinentes e de interesse das reuniões, os diálogos realizados para a elaboração do mesmo foi dividido em seis eixos temáticos, realizados pelo Comitê em Florianópolis, Araranguá, Lages e Joinville, além de reuniões em Chapecó, Brusque e Itajaí. Os documentos gerados em cada região foram validados pela sociedade civil catarinense durante a Conferência Preparatória SC+20.

a) Água e Saneamento

O tema pertinente em diversos aspectos, desde a preservação quanto à melhoria em sua distribuição, também consta no documento “O Futuro que Queremos”. A “água está no cerne do desenvolvimento sustentável, pois está intimamente ligada a uma série de importantes desafios globais.” (ONU^A 2012, p.25)

Segundo a Organização das Nações Unidas (2010^A, p.1) 884 milhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável segura, 2,6 mil milhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico, 40% da população mundial.

A Agenda 21 Catarinense (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.102) discute a questão ligada à água, principalmente, exigindo uma postura mais sustentável por todos os atores da sociedade e o desenvolvimento deve fazer com que os processos produtivos contabilizem nos preços os custos ambientais. Estes são os desafios para a sociedade catarinense, desafios que devem motivar políticas voltadas ao uso e conservação da água, demonstrando o caráter estratégico da questão.

Nesse contexto o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20, trabalhou nessa temática destacando a importância fundamental de se construir uma consciência para a responsabilidade, o respeito e o cuidado com a água.

As soluções apresentadas no documento vão da educação ambiental transdisciplinar, envolvendo a escola, a família, sociedade civil, e membros de comitês sociais capacitando-os no entendimento do instrumentos previstos em lei. “Tornar efetivas as legislações federais que tratam os processos de gestão da água e do saneamento - Política Nacional de Recursos Hídricos 9.433/97, Política Federal de Saneamento 11.445/07 e Política Nacional de Resíduos Sólidos 12.305/10.” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^A, p. 3)

A estratégia apresentada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (2004, p.104) na Agenda 21 Catarinense propõe que a sustentabilidade dos recursos hídricos é alcançada por meio da educação populacional, e a conscientização das mesmas, “através de programas e projetos implementados de bacias hidrográficas, a partir da responsabilidade do Estado sobre a qualidade e uso da água.”

Na qualidade da água acompanha a saúde populacional, principalmente no que tange o saneamento básico. Para Valvassori e Alexandre (2012, p.59) saneamento básico é:

o conjunto de ações que objetivem a melhoria da salubridade ambiental, abrangendo os serviços de abastecimento de água com qualidade e quantidade, a coleta, tratamento e disposição final de resíduos, a drenagem das águas pluviais, a promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, o controle de vetores transmissores de doenças, a fim de promover a saúde, o bem estar e a cidadania populacional.

A Organização das Nações Unidas (2010^A, p.1) diz que empregar o acesso à água e ao saneamento enquanto direitos humanos constituem um passo importante no sentido de vir a ser uma realidade para todos.

Significa que:

- O acesso à água potável segura e ao saneamento básico é um direito legal, e não um bem ou serviço providenciado a título de caridade;
- Níveis básicos e melhorados de acesso devem ser alcançados cada vez mais rapidamente;
- Os “piores servidos” são mais facilmente remediados e, por conseguinte, as desigualdades mais rapidamente diminuídas;
- As comunidades e os grupos vulneráveis serão capacitados para participarem nos processos de tomada de decisão;
- Os meios e mecanismos disponíveis no sistema de direitos humanos das Nações Unidas serão utilizados para acompanhar os progressos das nações na concretização do direito à água e ao saneamento, de forma a responsabilizar os governos.

No quadro abaixo, disponível no documento “O Direito Humano à Água e Saneamento” (ONU, 2010^A, p.07) vemos as interpretações equivocadas que se tem do direito à água.

Figura 2 – Erros de Interpretação sobre o Direito à água

Erros de interpretação mais comuns	
Erro de interpretação	Esclarecimento
O direito prevê que as pessoas tenham acesso gratuito à água	Os serviços de água e saneamento têm de ter preços razoáveis para todos. As pessoas deverão contribuir, financeiramente ou de outra forma, na medida das suas possibilidades.
O direito permite o uso ilimitado de água	O direito prevê que todos tenham água suficiente para usos pessoais e domésticos e deve ser concretizado de uma forma sustentável, para as gerações presentes e futuras.
O direito prevê que todos tenham água canalizada em casa	As instalações de água e saneamento deverão estar dentro, ou na proximidade imediata do lar, e podem incluir instalações tais como poços e latrinas de fossa.
O direito à água prevê que se possam utilizar os recursos hídricos de outros países	As pessoas não podem reclamar para si a água de outros países. Contudo, o direito consuetudinário internacional sobre cursos de água transfronteiriços estipula que esses cursos de água deverão ser partilhados de forma equilibrada e razoável, dando-se prioridade às necessidades humanas vitais.
Um país está a violar o direito se nem todos os seus habitantes tiverem acesso a água e saneamento	O direito requer que o Estado tome medidas até ao máximo dos recursos disponíveis para concretizar gradualmente o direito.

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2010^A,p.07)

A qualidade da água, e o sistema de saneamento é “composto por obras que proporcionam o bem estar da população, referentes ao abastecimento e tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição adequada de resíduos e sistema de drenagem pluvial urbana. (STEINET; ALEXANDRE, 2012, p. 81). Essas obras e serviços vêm de um processo de planejamento e organização das cidades.

b) Planejamento e Território

A partir da Revolução Industrial o estilo de vida da humanidade passou por drásticas mudanças. Naquela época, o modelo de estilo de vida “associado ao objetivo econômico, ao consumismo, e ao esgotamento dos recursos naturais, trouxe problemas socioambientais”. (OLIVEIRA; MILIOLI, 2012, p.151)

Esses problemas foram acumulando-se ao longo dos séculos, e requer organização e medidas para serem transpassados. Os problemas socioambientais modernos são consequências dos planejamentos e implementações baseadas em concepções imediatistas, que não consideram a espacialidade ou temporalidade do seu entorno. (SOUZA; MILIOLI, 2012, p.177)

O tema parte do princípio de se “trabalhar o território como um bem comum.” Ou seja, processos que venham a garantir um desenvolvimento ordenado e sustentável das cidades e seus territórios, pois o mesmo é compartilhado e dividido por todos.

A qualidade do sistema ambiental está relacionado com à preservação e conservação dos rios, florestas, à presença de efluentes e resíduos. (SOUZA; MILIOLI, 2012, p.189) Entretanto o homem vive um caminho contrário a isso, onde a expansão urbana, grandes aglomerações e densidade humanas, degradação das terras, acúmulo de resíduos, todo tipo de poluição, doenças e medos [...] (OLIVEIRA; MILIOLI, 2012 p.151) acarretam num processo de urbanização desordenada, poluição e doenças, chocando-se diretamente com a qualidade de vida e prestação de serviços.

Segundo a Agenda 21 Catarinense:

Na prática, o problema do inadequado uso e ocupação do solo reflete a ausência de um planejamento continuado e da adoção de um zoneamento econômico-ecológico. As instituições e as políticas públicas têm o desafio de implementá-los - com seus mecanismos de desenvolvimento sustentável - tanto nos centros urbanos como no meio rural. (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.96)

A qualidade de vida vem acompanhada de um ambiente equilibrado e saudável, entretanto, no mundo atual, sob a perspectiva de crescimento populacional, da intensificação da urbanização e da dinâmica econômica das cidades, a configuração dos espaços urbanos

vem se modificando. Para Souza e Bôlla (2012, p.13) isso vem acompanhado por um agravamento dos problemas urbanos, como por exemplo, os atendimentos dos serviços essenciais e o suprimento de uma alimentação de qualidade e em quantidades suficientes.

Neste sentido, planos de gestão são desenvolvidos e discutidos por meio de uma abordagem integrada, abrangendo todos os aspectos relevantes do planejamento territorial do uso da terra, do desenvolvimento de transportes e de toda a infraestrutura e serviços urbanos ofertados à sociedade. (LADWIG, 2012, p.9)

A Agenda 21 Catarinense (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, 2004, p.60) apresenta o objetivo de fazer com que as cidades promovam o desenvolvimento descentralizado, de forma homogênea, aproximando o local de moradia das pessoas dos serviços e das oportunidades de trabalho, objetivando superar as diferenças bairro/centro e rural/urbana.

Visto essas necessidades, o Comitê Facilitador apresentou as seguintes demandas civilizatórias do planejamento do território como um bem comum, podem ser destacadas:

- Promover a educação para a cidadania em todos os níveis educacionais;
- Garantir que os processos de elaboração dos planos diretores, que são muito importantes para o desenvolvimento das cidades, sejam participativos, pedagógicos, mobilizadores, motivadores e promotores do empoderamento das comunidades, para sua participação estratégica e qualificada;
- Reconstruir a relação campo-cidade, com o objetivo de diminuir o raio de dependência das cidades e aumentar a sua autonomia.

Nesse tema, os participantes consideram a mobilidade como um bem comum, havendo a necessidade de planejamentos coordenados e integrados a longo prazo, integrando campo e cidade. Possibilitando que “os problemas multidimensionais e interdependentes fazem com que o desenvolvimento das cidades seja repensado e que outras formas de planejamento e gestão sejam buscadas.” (OLIVEIRA; MILIOLI, 2012 p.153)

A reconstrução dessa relação entre campo-cidade, viria com o objetivo de diminuir o raio de dependências das cidades, frente a recursos e serviços diversos vindo de locais muito distantes, fazendo assim com que as cidades fossem autônomas. Oferecendo principalmente nos campos educação e saúde de qualidade, promovendo um êxodo urbano ordenado, com atrações nas áreas agrícolas.

c) Educação e Cultura

Analisando os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça

social. (UNESCO, 1998, p.11) “As gerações mais jovens são os guardiões do futuro, e que é necessário melhorar a qualidade e o acesso a educação para além do nível primário” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^A, 2012, p.46), “pois a educação está no cerne do processo evolutivo em busca da sustentabilidade.” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.13)

A Educação é o processo básico das mudanças estruturais para o desenvolvimento sustentável e consciente. Entretanto, os processos de desenvolvimento exigem estudos e mudanças nos paradigmas estruturais que hoje fazem parte da educação como um todo. “A relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam.” (JACOBI; LUZZI, 2013, p.1)

O processo de educação ambiental é estratégico para a perpetuação do desenvolvimento sustentável. Observando essa necessidade, a UNESCO, em parceria com o Programa de Meio Ambiente da ONU – PNUMA, realizou no ano de 1977 a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Geórgia (EUA), que ainda hoje é considerado um dos principais eventos sobre Educação Ambiental do Planeta. Deste evento saíram os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental no mundo. (BEZERRA, 2013, p.3)

No site do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, encontramos os objetivos e intenções da Conferência de Tbilisi:

- Convocar os Estados-membros a incluírem em suas políticas de educação, medidas visando incorporar conteúdo, diretrizes e atividades ambientais em seus sistemas, com base nos objetivos e características mencionadas anteriormente;
- Convidar as autoridades educacionais a intensificarem seu trabalho de reflexão, pesquisa e inovação no que tange à educação ambiental;
- Incentivar os Estados-membros a colaborar nessa área, principalmente por meio de intercâmbio de experiências, pesquisas, documentação e materiais, colocando, além disso, os serviços de formação à disposição do corpo docente e dos especialistas de outros países;
- Estimular, finalmente, a comunidade internacional a dar uma generosa ajuda para fortalecer essa colaboração numa área de atuação que simboliza a necessária solidariedade de todos os povos, e que pode considerar-se como particularmente alentadora na promoção do entendimento internacional e da causa da paz.

Para Gregório Benfica (2013, p.1)

a articulação entre educação e desenvolvimento não é novidade, no entanto, quando se pensa um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável ou simplesmente sustentabilidade, o outro pólo do binômio, a educação, necessariamente deve ser adjetivado. O desenvolvimento sustentável exige um novo modelo educacional.

Com crise do atual paradigma educacional, há que se aliar à educação, a idéia de construção de uma cultura para a sustentabilidade. A problemática socioeconômica e ambiental e a falta de perspectiva dos jovens em relação à educação e ao futuro são fatores concorrentes para a não solução dos problemas existenciais desta geração, criando um cenário de desesperança, redundante em alienação e violência. (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, 2004, p.69)

Dentre as demandas apresentadas nesse tema estão:

- Implementar políticas públicas de valorização dos profissionais de educação e cultura;
- Construir e vivenciar éticas que nos levem ao compromisso com a sustentabilidade, por meio de uma educação transversal e transdisciplinar;
- Observar e aprender com o ambiente, criando uma conexão com Terra, pois a sustentabilidade emerge a partir da sinergia entre os seres que compõem o ecossistema.

A soluções apresentadas no documento visam o investimento sistemático do governo, implementando assim a inclusão dos conteúdos e temas da Rio+20 e Cúpula dos Povos no ensino de Santa Catarina. Valorizar o planejamento como instrumento de progresso acompanhado da Educação, no qual “o currículo escolar não seria baseado no modelo econômico vigente, mas sim, nas pessoas que fazem parte desse sistema, sendo a educação um meio estratégico para a construção cultural dessa mudança.” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^A, p.10)

Essa cultura de mudanças nos remete a ideias e formas que possibilitem a inserção desses novos conceitos sociais e educacionais no cotidiano das pessoas. Para Moacir Gadotti, na Revista Lusófona de Educação (2005, p.18)

Diante dessas críticas, o sucesso da luta ecológica hoje depende muito da capacidade dos ecologistas convencerem a maioria da população, a população mais pobre, de que se trata, não apenas de limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados para vivermos num planeta melhor num futuro distante. Trata-se de dar uma solução, simultaneamente, aos problemas ambientais e aos problemas sociais. Os problemas de que trata a ecologia não afetam apenas o meio ambiente. Afetam o ser mais complexo da natureza que é o ser humano.

Por isso, existe a necessidade de diálogo e de compreensão dos diferentes indivíduos sociais. Conforme idéia de Pedro Jacobi² (2003, p.191), refletir sobre a complexidade ambiental abre uma oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber.

Essa tendência, da segregação das áreas de conhecimento está ligado aos paradigmas de ensino e conhecimento. A cultura, que há muito é situada na periferia do campo das ciências sociais, tem-se movido em direção ao centro, o que talvez se explique pela tendência mais ampla de enfraquecimento das divisões entre as áreas de estudo e de intensificação de estudos inter e Transdisciplinares. (MOREIRA; CANDAU, 2003, p.158)

As concepções de educação, ensino e pesquisa devem sofrer transformações, passando a valorizar a construção interdisciplinar e transdisciplinar do conhecimento, as relações interculturais e a promoção da cidadania com objetivo de uma educação emancipatória e comprometida com o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária. (FERIOTTI; CAMARGO, 2008, p.359)

Sem uma educação sustentável, a Terra continuará apenas sendo considerada como espaço de nosso sustento e de domínio técnico-tecnológico, objeto de nossas pesquisas, ensaios, e, algumas vezes, de nossa contemplação. Mas não será o espaço de vida. (GADOTTI, 2005, p.19). Portanto, há a necessidade de um processo de conscientização por meio da educação. Esse novo pensamento educacional proporcionaria mudanças estruturais e pedagógicas, impactando diretamente na sociedade, e conseqüentemente na cultura.

d) Agricultura

A maior dificuldade encontrada nos diálogos sociais foi à transição da agricultura convencional, fundamentado na exploração da terra, monocultura e agrotóxico, para um modelo que privilegie a diversidade biológica e cultura. “A agricultura tem forte impacto sobre o meio ambiente, por isso os efeitos da exploração têm sido objeto de grande preocupação e discussão. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável tem ganhado força.” (SILVA, 2012, p.31). O desafio está em conciliar o bom desempenho global do setor com o aumento da renda do produtor individualizado, reduzindo, principalmente, a falta de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, 2004, p.44)

Na produção agrícola, como sistema composto de empresas/organizações, a aplicação do conceito sustentabilidade torna-se mais evidente em seu aspecto ambiental,

principalmente pela degradação do ambiente, mas questões como lucro e justiça social não podem ser desconsideradas. (SILVA, 2012, p.32)

O bom desempenho econômico da agricultura evidencia seu dinamismo e sua importância no Brasil e no Mundo. Entretanto, é necessária uma análise mais detalhada da situação e dos desafios impostos aos agricultores. A prática da agricultura moderna vem sendo colocada em discussão por alguns cientistas e pela opinião pública, devido ao seu caráter de fragilidade, caracterizado pela utilização, dentre outras coisas, de produtos químicos e agrotóxicos que agredem o meio ambiente. (MOREIRA DA SILVA, 2004, p.33)

Maria Leonor Lopes Assad e Jalcione Almeida (2004, p.07) ressaltam também que a sustentabilidade na agricultura está sempre ligada a questões ambientais. Entretanto elas apresentam um estudo diferenciando os desafios para uma sustentabilidade agrícola em:

- a) **Desafio Ambiental** - considerando que a agricultura é uma atividade que causa impactos ambientais e visa ganhos econômicos, o desafio consiste em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente de tal forma que a dependência de insumos externos e de recursos naturais não-renováveis seja mínima;
- b) **Desafio Econômico** - considerando que a agricultura é uma atividade capaz de gerar, a curto, médio e longo prazos, produtos de valor comercial tanto maior quanto maior for o valor agregado, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios;
- c) **Desafio Social** - considerando a capacidade da agricultura de gerar empregos diretos e indiretos, e de contribuir para a contenção de fluxos migratórios, que favorecem a urbanização acelerada e desorganizada, o desafio consiste em adotar sistemas de produção que assegurem geração de renda para o trabalhador rural e que este disponha de condições dignas de trabalho com remuneração compatível com sua importância no processo de produção;
- d) **Desafio Territorial** – considerando que a agricultura é potencialmente uma atividade capaz de integrar-se a outras atividades rurais, o desafio consiste em buscar a viabilização de uma efetiva integração agrícola com o espaço rural, por meio da pluratividade e da multifuncionalidade desses espaços;
- e) **Desafio Tecnológico** – considerando que a agricultura é fortemente dependente de tecnologias para o aumento da produção e da produtividade, e que muitas das tecnologias, sobretudo aquelas intensivas em capital, são causadoras de impactos ao ambiente, urge que se desenvolvam novos

processos produtivos onde as tecnologias sejam menos agressivas ambientalmente, mantendo uma adequada relação produção/produktividade.

Observado essas demandas, entre as soluções propostas pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20, vale citar:

- Elaboração de políticas públicas considerando os princípios da prevenção e precaução em relação ao uso de agrotóxicos e transgênicos, e também políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e orgânica;
- Campanhas educativas;
- Imposto verde sobre a produção com agrotóxicos que subsidiaria a transição do modelo; aproximação do agricultor com a comunidade científica;
- Inserção de produtos orgânicos em instituições públicas.

Atualmente, um grande desafio para o agricultor-produtor de alimentos é entender que não basta produzir. É necessário considerar toda a cadeia que leva o produto ao consumidor e isto exige profissionalização da atividade agrícola. (ASSAD; ALMEIRA, 2004, p.6) Essa profissionalização da atividade agrícola estaria ligada ao investimento por parte do governo, principalmente na conscientização e adequação da agricultura a um modelo sustentável.

A aplicação de uma agricultura de baixo impacto e regenerativa, que seria a alternância no tipo de vegetal plantado, tem demonstrado, segundo João Carlos Canuto (2013, p.35), que é possível recuperar gradualmente a biodiversidade, a fertilidade dos solos e a disponibilidade da água. Essa gestão do conhecimento para um melhor aproveitamento e controle sobre a terra, vem de um processo de parceria, conforme conclui Canuto, “É claro que a economias agrárias asfixiadas não poderão fazer uma transição agroecológica sem amparo de políticas públicas, questão ainda hoje pouco trabalha.”

Assim, uma pressão institucional oriunda de organizações estatais, ou não, na defesa da preservação do meio-ambiente, a fim de que a natureza possa permanecer preservada e continuar a fornecer subsídios para a produção contínua de alimentos para esta crescente população é urgente. (RODRIGUES; MARIETTO, 2013, p.3) Essas políticas, alicerçadas em uma base tecnológica consistente e experimentada, poderão atender aos desafios antes mencionados, trazendo maior inclusão social, garantindo os patamares produtivos já conquistados (e em alguns casos até mesmo potencializando-os), promovendo maior proteção ambiental e melhorando a distribuição da renda gerada na agricultura.

A promoção e valorização da agrobiodiversidade na sua importância ecológica, econômica e social, são assinaladas no documento “Demandas Civilizatórias”, pois promovem mudanças na relação de agricultores e empresas, fazendo com os primeiros não se mantenham dependentes dos segundos, sendo possível por meio de políticas públicas de prevenção e precaução em relação ao uso de agrotóxicos e alterações genéticas de alimentos, além propor a utilização de incentivos governamentais para a produção orgânicos e ecológicos. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^A, p.11)

Os desequilíbrios causados ao meio ambiente e à economia afetam, de certa forma, a garantia da viabilidade da agricultura tanto para as gerações presentes como para as gerações futuras, podendo implicar numa não equidade social, ou seja, não dá respostas ao atendimento das necessidades alimentícias (de qualidade ou não) da geração vigente, como também, pode representar uma insatisfação das necessidades da geração futura. (MOREIRA DA SILVA, 2004, p.34) Isso leva ao conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Informe *Brundtland* (1987, p.46): “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.”

e) Economia Verde

O termo economia verde vem da necessidade de transição de um processo de degradação ambiental, para um de conscientização e efetivação nas políticas públicas e privadas ligadas as áreas econômicas.

O Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA) (2011, p.2) define economia verde como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica.” Ou seja, uma economia verde possui baixas emissões de carbono, eficiência no uso de recursos e inclusão social. (DINIZ; BERMAN, 2012, p. 324)

Para Helena Boniatti Pavese (2011, p.16) uma economia verde é aquela “apoiada em três estratégias principais: (1) a redução das emissões de carbono, (2) uma maior eficiência energética no uso e recursos, e (3) a prevenção da perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.” Essas estratégias se tornarão viáveis por meio de incentivos governamentais, que possam catalisar as medidas privadas no curto e longo prazo.

Isso é dito por Avignon e Caruso (2011, p.25), os investimentos seriam catalisados e apoiados por reformas da política pública e modificações regulatórias. A rota proposta de desenvolvimento deveria manter, realçar e, onde necessário, recuperar o capital

natural, “visualizando-o como um bem econômico crítico para gerar benefícios públicos, especialmente para populações pobres cujo sustento e segurança dependem essencialmente da natureza.”

Para o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 (2012^B, p.13), busca-se uma economia que vise o desenvolvimento sustentável, com desenvolvimentos ecológicos e estudos que visem entender o funcionamento da natureza e seus mecanismos de regulação ambiental. Isso possibilitaria uma economia baseada verdadeiramente na natureza, respeitando os ciclos e seus sistemas.

Afim de um entendimento melhor acerca da economia verde, esse trabalho expõe as constatações do PNUMA (2011), no relatório “Rumo a Economia Verde”:

- **Uma economia verde valoriza e investe no capital natural:** uma transição para economia verde não apenas reconhece e demonstra o valor do capital natural – como provedor de bem-estar para a humanidade, como provedor de sustento para famílias carentes, e como fonte de empregos novos e decentes – mas também investe neste capital natural e o desenvolve para um progresso econômico sustentável. (PNUMA, 2011 p.05-8)

- **Uma economia verde é primordial para a diminuição da pobreza:** Uma característica importante de uma economia verde é que ela procura gerar diversas oportunidades para desenvolvimento econômico e diminuição da pobreza sem liquidar ou acabar com os bens naturais de um país. (PNUMA, 2011, p.9-12)

- **Uma economia verde gera empregos e melhora a igualdade social:** Uma mudança para uma economia verde também significa uma mudança no padrão de empregos que, no mínimo criará tantos empregos quanto criariam as práticas atuais. As políticas voltadas para pequenas e médias empresas representam uma promessa significativa, pois elas contam como uma grande parte dos empregos e do crescimento da abertura de postos de trabalhos na maioria dos países. (PNUMA, 2011, p.12-14)

- **Uma economia verde substitui os combustíveis fósseis por energias renováveis e tecnologias de baixa emissão de carbono:** Aumentar o fornecimento de energia de fontes renováveis reduz os riscos de aumentos de e volatilidade dos preços para os combustíveis fósseis além de oferecer benefícios de redução. O “enverdecimento” da energia requer a substituição dos investimento sem fontes de energia intensivas em carbono por investimentos em energia limpa, bem como aprimoramentos de eficiência. (PNUMA, 2011, p.14-15)

- **Uma economia verde promove o uso eficiente de recursos e energia:** Há muita evidência de que a economia global ainda tem oportunidades inexploradas para produzir riqueza usando menos materiais e recursos de energia. Para isso, as políticas governamentais de regulamentação e preço têm um papel importante na orientação das indústrias e consumidores sobre um caminho mais eficiente no uso de recursos. (PNUMA, 2011, p.16-20)

- **Uma economia verde oferece um estilo de vida urbana mais sustentável e uma mobilidade com baixa emissão de carbono:** A promoção de cidades verdes aumenta a eficiência e a produtividade. As eco-cidades ou cidades verdes são tipicamente caracterizadas por alta densidade populacional, habitacional, de emprego, comércio e locais de lazer, todos sujeitos a limitações para evitar congestionamentos. É atribuído às cidades, à responsabilidade de desenvolver capacidades na condição de agentes implementadores da legislação nacional no âmbito local, com a missão de fazer cumprir condições mais restritas do que as exigidas a nível nacional caso seja necessário. (PNUMA, 2011, p. 20-24)

- **Uma economia verde, com o passar do tempo, cresce mais rapidamente do que a economia marrom, enquanto mantém e restabelece o capital natural:** Uma das questões essenciais na economia enfoca a aparente permuta entre desenvolvimento e qualidade ambiental. Sendo assim, são analisadas, no relatório, as oportunidades de investimento na transformação de setores chave da economia para diminuir a intensidade e melhorar a eficácia dos recursos. É também, explorado as alternativas de um novo caminho para o desenvolvimento, caracterizado por uma maior complementaridade entre o capital físico, humano e natural. (PNUMA, 2011, p.24-26)

Analisando os temas apresentados no PNUMA, vemos que as demandas levantadas previamente pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil da Catarinense para a Rio+20, convergem com as constatações do Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente. Conclui-se que a economia verde é o caminho para o desenvolvimento sustentável, um redirecionamento dos investimentos públicos e privados é necessário para desenvolver ou reforçar o capital natural, por exemplo, as florestas, a água, o solo e as reservas pesqueiras, que são particularmente importantes para a população rural mais necessitada. (PNUMA, 2011, p.37)

f) Governança

A idéia de governança estava antes ligada apenas a questões de crescimento econômico. Porém, surgem como conseqüências dessa postura, novas tendências e

interpretações, como o desenvolvimento sustentável, a descentralização e a ação social, entre outras, que representam fontes ou instrumentos de alternativas e de promoção do desenvolvimento a nível local. (OLIVEIRA; SILVA; EMMENDOERFER; NEVES, 2013, p.05)

O Programa Cidades Sustentáveis (2013, p.13) propõe em seu Guia Gestão Pública Sustentável, que:

O conceito de governança significa articular o sistema político-administrativo, que rege o processo decisório na esfera pública, com os diferentes atores sociais dos territórios municipal, estadual ou federal. Nesse sentido, governança engloba a forma como o território se organiza politicamente e a participação da sociedade civil. Por isso que uma boa gestão deve combinar as diretrizes políticopartidárias do governante com mecanismos de atuação direta da sociedade nas decisões administrativas.

Sendo assim, o conceito de Governança é proposto nas discussões como um novo modelo de gestão local. “Surge no vazio provocado pelo distanciamento do Estado resultante do avanço das políticas neoliberais e da aplicação do conceito de reengenharia aos processos públicos.” (SOUZA; SILVA; BORGES; GONSALVES, 2012, p.2), destacando-se a importância do empoderamento da comunidade para uma participação qualificada na governança dos bens comuns. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^A, p.15)

Governança é um termo-chave na implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Uma boa governança seria capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação dessas políticas. (FONSECA; BURSZTYN, 2009, p.18) Essa idéia percorreu um longo processo até reunir os entendimentos que hoje a definem como um conceito plenamente legitimado pela institucionalidade global (BUSSATTO, 2005, p.2)

Há uma demanda atual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como seja capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo na implementação de políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social. (JACOBI, 2003, p.192)

Para isso, o desenvolvimento local tem como ponto de partida a necessidade que as pessoas e os grupos, no seu local, têm de sobreviver e, para isso precisam de trabalho e de realização de trocas de bens e serviços, ou seja, “dessa forma, o desenvolvimento sustentável de uma cidade passa pela criação de redes de atores locais com o objetivo de reunir

conhecimentos e experiências na concepção de políticas públicas que solucionem problemas locais.” (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013, p.14)

Para que essa dinâmica aconteça é necessário que se pense em iniciativas que sejam capazes de viabilizar e tornar concretas alternativas de desenvolvimento local. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. (JACOBI, 2003, p.192)

Esse desenvolvimento de articulação local está representado em diferentes instrumentos que possibilitam a participação da sociedade na formulação das políticas públicas e na definição de prioridades dos gastos orçamentários (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013, p.14). São eles:

- Plano Diretor Participativo
- Orçamento Participativo
- Estatuto da Cidade
- Audiências Públicas
- Conselhos Municipais
- Sistema de consulta on-line a dados do governo (governo eletrônico)

Nota-se que o processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais suscetível a expressar articulações específicas entre interesses em jogo e possibilidades de negociação. Nesse sentido, a noção de governança pública deve ser diferenciada da privada e expressar questões de interesse de coletividades, nas quais deve prevalecer o bem comum. (FONSECA; BURSZTYN, 2009, p.21)

Logo o ideal de governança abarcaria a formação e profissionalização de modo institucional no sentido de mobilizar a sociedade para a participação ativa nas políticas públicas, com o direcionamento de recursos públicos para o desenvolvimento da governança local, construindo um processo de valorização do bem estar da pessoa e do território a que pertence, criando nelas o interesse por esse estado humanizado. Acarretando no “fortalecimento da governança representa uma possibilidade de estabelecer um processo político mais abrangente, eficiente e justo.” (FONSECA; BURSZTYN, 2009, p.20)

3.3.2 Apresentação de Resultados e Estratégias de atuação

Para a exposição dos resultados, foi convocado e presidida pela Reitora da UFSC, Profª Roselane Neckel, uma audiência pública aberta a toda sociedade, realizada no dia 15 de setembro de 2012, “onde foram apresentados todos os documentos oficiais da Conferência das Nações Unidas e elaboradas estratégias de continuidade e disseminação dos compromissos no Estado de Santa Catarina.” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.8)

Essa audiência tinha por objetivo disseminar a mensagem da Rio+20 junto à sociedade catarinense. Tal qual construir estratégias junto ao Ministério Público Estadual e Federal, organizações educacionais, sócias, públicas, privadas e a mídia impressa e audiovisual na perpetuação e condução da conduta da sociedade catarinense aos “mandatos legais da sustentabilidade.” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^C, p.1)

Em torno de 100 pessoas participaram da audiência pública para a Rio+20. Dentre elas, membros da sociedade civil, estudantes, representantes de ONGs, representantes de órgãos públicos e privados, entre outras instituições e representações.

Estiveram presentes: representantes da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Fundação Nacional do Índio, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina, Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses, Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Polícia Militar Ambiental, além de outros grupos e entidades. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.7)

Para os ouvintes, bem como seus participantes do evento, foram apresentados por parte do Comitê os efeitos das discussões ocorridas na Rio+20. Para apresentar esses resultados, trouxe-se a audiência pública os documentos oficiais frutos da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20 (2012^B, p.12):

- **O Futuro que Queremos:** esse documento representa um discurso comum de todos os 197 países signatários e demonstra uma visão global sobre o tema desenvolvimento sustentável. O documento final da Conferência possui ao todo 283 parágrafos, divididos em cinco capítulos.

- **Declaração final da Cúpula dos Povos:** documento feito e organizado pela sociedade civil mundial. Divido em “Defesa dos Bens Comuns Contra a Mercantilização” e “Soberania Alimentar”.
- **Declaração Kari-Oca dos Povos Indígenas sobre a Rio+20 e Mãe Terra:** declaração feita por participantes aborígenes de várias partes do mundo, onde o documento convida a repensar o modo de consumo e produção da sociedade.
- **Carta do *Majour Group* Crianças e Jovens:** A Carta do *Major Group* Crianças e Jovens apresenta o desapontamento desse grupo com os resultados da Rio + 20. Além de representar o descontentamento dos participantes do grupo com os resultados da Conferência, e também enaltece a necessidade de cooperação intergeracional para criação de novos paradigmas de sociedade.
- **Carta dos Comitês Estaduais e Locais à Assembleia dos Povos:** O destaque do documento oficial dos Comitês Estaduais é a ideia de conectividade e a defesa de redes virtuais livres e fóruns virtuais permanentes e livres.
- **Síntese das Demandas Civilizatórias do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20:** Esse documento trata dos diálogos realizados junto a sociedade civil catarinense em torno de seis eixos temáticos para a sustentabilidade, através de uma metodologia construtivista e participativa. Previamente apresentado nessa pesquisa.

Após o fim da Audiência Pública do dia 15 de Setembro constituíram-se dois grupos de cidadãos e a eles foram demandadas sugestões de encaminhamento para a disseminação dos resultados do trabalho do Comitê Catarinense da Rio+20. Participaram desse momento pessoas oriundas de diversas organizações sociais, profissionais, políticas e educativas. Foram consolidadas 17 sugestões em três blocos – Estratégias de disseminação institucional, Estratégia de disseminação Pedagógica, Estratégia de Institucionalização do Comitê - cada um constituindo-se numa estratégia de disseminação com suas respectivas ações. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.32)

A Estratégia de Disseminação Institucional é caracterizada pela “criação de uma Rede Institucional e Social de facilitação à participação política da sociedade para sua inserção na Cultura da Sustentabilidade.” (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.32)

2. [...] Esta Rede reunirá instituições públicas e organizações sociais com abrangência municipal, metropolitana, regional e estadual e com foco na disseminação de valores culturais, recursos pedagógicos e banco de experiências e de melhores práticas para a sustentabilidade, na perspectiva do empoderamento dos cidadãos para a governança de bens comuns, a exemplo de outras redes já existentes no País e no mundo.

A necessidade de implementação da cultura da sustentabilidade não deve ficar apenas nas mãos das entidades promotoras desses eventos. Mecanismos que visem facilitar a interação dos setores, através do diálogo, do conhecimento ou da informação, são meios que tornarão a passagem da mensagem da Conferência das Nações Unidas Para o Desenvolvimento Sustentável possível.

A Agenda 21 Catarinense, (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.19) propões em seus objetivos a realização de diagnóstico socioeconômico e ambiental, visando à proposição de ações dentro de estratégias que envolvam o setor público, o setor privado e o terceiro setor de organização social. A interação entre todos os agentes sociais é preciso para se instaurar a valorização da proteção ambiental, assim como a democracia e a justiça social. Um meio proposto pelo Comitê Facilitador Da Sociedade Civil Catarinense Para A Rio+20^B (2012, p.32) é através da:

3. Construção de um Pacto Cultural, Pedagógico e Político para a Sustentabilidade da Mata Atlântica, com a promoção permanente por todo o Estado de Santa Catarina de concursos musicais, teatrais e exposições artísticas valorizadoras da Mata Atlântica como RESERVA MUNDIAL DA BIOSFERA, com a sensibilização, formação e capacitação de professores, crianças, jovens e adultos através de oficinas, gincanas cooperativas, trilhas, contato com a natureza com o objetivo de despertar as pessoas para a importância vital do nosso bioma e de sua singularidade planetária e, ainda, buscando o comprometimento das instituições públicas e organizações sociais para a construção de políticas públicas locais que valorizem o respeito, o amor e o cuidado com a Mata Atlântica, com a fiscalização dos órgãos públicos e cidadãos e a criação de Unidades de Conservação através de processos participativos, pedagógicos, valorizadores e mediadores das culturas locais.

Os legisladores assim como os executivos estatais têm papel importante no processo do desenvolvimento sustentável. É através das leis e fiscalização que se poderá evitar maiores danos ambientais e sociais. Segundo Sousa, Silva, Borges e Gonsalves (2012, p.11) são duas as inovações políticas que precisam ser consolidadas, pois elas já estão disponíveis no mundo: a primeira diz respeito à democracia participativa que complementa e dinamiza a democracia representativa. E a segunda inovação diz respeito à legitimação

(mediante leis) dos instrumentos da participação da sociedade, que em seu conjunto formam a governança local de políticas públicas de bens comuns.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (2004, p.59) apresenta como estratégias para as questões institucionais na Agenda 21 Catarinense, a atuação do setor público para a inclusão social, via políticas públicas de saneamento básico – abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, lixo e drenagem urbana - e de habitação popular. Além disso a entidade também utiliza como estratégia a disponibilização de informações sobre a situação social, econômica, cultural e ambiental à sociedade organizada onde deve ser exercitada a condição plena de democracia, de igualdade relativa e de liberdade com responsabilidade. (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.62)

Nesta questão, a publicidade das demandas frente a esse setor é uma estratégia do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 (2012^B, p. 33) propõe a:

5. Apresentação dos resultados da Rio+20, incluindo os do Comitê, a começar com eventos amplos nas regiões dos campi da UFSC, com enfoque nas instituições públicas, tais como Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Ministérios Públicos, Escolas, Conselho Estadual e Conselhos municipais de Meio Ambiente; envolvendo organizações chave da sociedade na temática, tais como a ABRH, ABES, FECAM, GTEA, SVB. Os eventos seriam na forma de Reuniões, Ciclos de Capacitação ou de Debate, Seminários e Audiências Públicas.

A outra proposta é a Estratégia de Disseminação Pedagógica. Conforme a Agenda 21 Catarinense (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.72) o sucesso educacional e cultural catarinense depende da sociedade organizada, diminuição gradual dos entraves de ordem legal e burocrática ao desenvolvimento de ações voltadas aos propósitos do saber e de realização pessoal dos catarinenses, e do desenvolvimento sustentável.

A educação propicia a ampliação do pensamento cultural. “A educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos.” (JACOBI, 2012, p.1) Para atingir esses objetivos o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 (2012^B, p.33) propõe a:

8. Disseminação junto às escolas de gincanas com técnicas de solidariedade, jogos cooperativos e de reencantamento da educação através de dinâmicas, inserção dos temas e valores trabalhados na Rio+20, apresentando aos diretores, professores, crianças e jovens o desafio civilizatório e humanizador da escola, com suas

potencialidades e dificuldades. Produção de material pedagógico e metodológico, banco de dinâmicas, visitas oficiais da equipe do Comitê às escolas, promoção de eventos paralelos (ex: Dia Mundial da Água, da Árvore, do Ambiente, etc.); trabalhar e promover a cidadania dentro das salas de aula, incluindo as políticas públicas que valorizem os profissionais da educação.

13. Elaborar material pedagógico com objetivo de tornar os Resultados da Rio+20 acessíveis a todos os níveis de ensino, séries iniciais, fundamental, médio e superior.

14. Conceber e propor disciplinas transversais nas universidades e nas escolas para tratar das questões civilizatórias e ambientais da sustentabilidade, incluindo os resultados da Rio+20 e as recomendações do Comitê Catarinense.

Para isso, é necessário formar e capacitar professores, ter escolas em boas condições, criar uma didática de alta qualidade, ter materiais adequados para os alunos, construir uma abordagem contemporânea para a educação na visão de sustentabilidade, ter um currículo conectado aos desafios dos novos tempos, estabelecer uma conexão adequada entre escola e vida e garantir um processo que assegure o acesso das pessoas. (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA, 2004, p.69)

Ações integradas para atingir esses objetivos são necessárias. Para esse fim, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20, pretende se institucionalizar para dar continuidade aos trabalhos, e abarcar novos objetivos. A Estratégia de Institucionalização do Comitê é apresentada em quatro pontos:

15. Institucionalizar o Comitê de forma permanente na UFSC, buscando manter sua atuação e o desenvolvimento das estratégias aqui propostas.

16. Propor e promover linhas de pesquisa e financiamento nas temáticas produzidas pelos Resultados da Rio+20, a começar junto à FAPESC.

17. Agregar parceiros para elaboração de projetos.

18. Formar e facilitar conselhos de proposição de políticas públicas inspiradas nos Resultados da Rio+20. (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20, 2012^B, p.34)

Para atingir todas essas metas, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense (2012^B, p.35) propôs a Universidade Federal de Santa Catarina, a criação do **Programa de Educação Continuada para a Sustentabilidade**, observando as características pedagógicas em três eixos:

Características Pedagógicas:

a) **Sínteses Transdisciplinares:** previamente apresentadas nesse trabalho: Pedagógica, cultural e política;

- b) **Conteúdos Cruciais para a Sustentabilidade:** Apresentados nos documentos finais da Rio+20
- c) **Plataformas Pedagógicas:** físicas e virtuais de experimentação científica e tecnológica, experiências e de melhores práticas para a sustentabilidade, incluindo a formação de comunidades de aprendizagem.

Características Institucionais:

- a) **Estratégia Institucional Cooperativa:** entre a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade do Estado de Santa Catarina e os Ministérios Públicos Federal e Estadual de Santa Catarina, favorecendo a integração de recursos institucionais, materiais e financeiros, bem como de pessoas e experiências, com o foco na formação e capacitação da sociedade para a efetividade das políticas públicas de bens comuns.
- b) **Rede de Instituições Públicas:** rede de instituições públicas (federais, estaduais e municipais) para a sustentabilidade com uma plataforma virtual de informações conteúdos, e utilização dos meios virtuais para a aproximação e participação cidadã acerca dos temas e recomendações da Rio+20.
- c) **Banco de Economia de Experiência e Melhores Práticas:** das instituições públicas, das organizações sociais, empresariais e de inovação e dos organismos internacionais com a identificação dos conteúdos cruciais para a sustentabilidade e organização dos cursos de educação continuada.

Características Gerenciais:

- a) **Gestão Transdisciplinar Dos Projetos:** de modo a garantir a autonomia, e o controle de orçamentos específicos e legal do programa.
- b) **Governança e Transparência Dos Processos:** de modo a garantir de forma permanente a participação das pessoas, professores, participantes e funcionários nos processos de decisão, acompanhamento e auditoria pública dos resultados.
- c) **Conectividade Local, Continental e Planetária de Conteúdos:** valorizando as determinações ecológicas e culturais de povos nativos e multi-étnicos valorizando o diálogo e as culturas humanas do planeta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conceituação de sociedade civil acompanhou o desenrolar da história política mundial e hoje se apresenta como uma forma de proteção social e um ator político social. Por tais motivos e visto essa necessidade, a sociedade civil passa a assumir responsabilidades e reivindica direitos e deveres do estado, assim como da sociedade.

Não obstante, ela busca defender os interesses das gerações futuras com a busca do desenvolvimento sustentável, conceito que vem sendo testado pelas incursões estatais acerca do tema. O desgaste que as dificuldades políticas podem causar, e o desinteresse por parte dos estados, fazem com que a sociedade civil busque meios a firmar as aspirações da população civil em se desenvolver de forma sustentável.

Para formar voz frente à força estatal, buscou-se durante a Rio+20, meios de fazer com que a opinião civil chegasse aos articuladores das diretrizes para um novo período de metas e controles para o desenvolvimento sustentável da ONU. O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira organizou-se com grupos de interesse civil estadual e formou os Comitês Facilitadores da Sociedade Civil Estaduais, e assim juntos, possibilitaram a Cúpula dos Povos.

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 buscou representar os interesses dos civis catarinenses na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, assim como apresentou os resultados, e buscou meios e estratégias para possibilitar ao Estado de Santa Catarina um desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, mostra-se indispensável à análise do tema sob a luz das futuras Conferências da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, buscando dessa forma, definir os próximos objetivos do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20, apreendendo o caráter dos seguintes desafios para a Sociedade Civil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rafael Ventura. *Parcerias entre Estado e Sociedade Civil: Velhas questões para uma nova dinâmica*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2011. Disponível em: < <http://teses2.ufrj.br/34/teses/769693.pdf> > Acesso em: 05 abr 2013

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. **Agricultura e Sustentabilidade. Contexto, Desafios e Cenários**. Revista Ciência & Ambiente, n. 29, 2004. p.15-30. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/427.pdf> > Acesso em: 09 maio 2013

AVIGNON, Alexandre d'; CARUSO, Luiz Antônio Cruz. **O caráter necessariamente sistêmico da transição rumo à economia verde**. 2011. p24-35. IN Política Ambiental / Conservação Internacional. Economia Verde: Desafios e Oportunidades - n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011. Disponível em < http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/politica_ambiental_08_portugues.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBOSA, Gisele Silva. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Disponível em: < http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12883_o-desafio-do-desenvolvimento-sustentavel-gisele.pdf > Acesso em: 12 maio 2013

BAPTISTA, Zulmira Maria de Castro. **O Direito Internacional: política e conseqüências** – São Paulo : Editora Pílares, 2005.

BENFICA, Gregório. **Sustentabilidade e Educação**. UNEB – 2013. Disponível em < <http://www.seara.uneb.br/sumario/professores/gregoriobenfica.pdf> > Acesso em: 07 maio 2013

BENJAMIN, Cássio Corrêa. Família, sociedade civil e Estado na Filosofia do Direito de Hegel. Educação e Filosofia – v.14 - nº27/28, jan./jun e jul./dez. 2000. PP. 89-111. Disponível em: < www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/download/736/669 > Acesso em: 28 fev 2013

BEZERRA, Aldenice Alves. **Fragmentos da história da educação ambiental (EA)**. Disponível em: < http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Aldenice_Educacao_ambiental.pdf > Acesso em: 07 maio 2013

BOBBIO, Norberto, BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. (trad. Carlos Nelson Coutinho) 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** – Brasília : MEC/SEF, 1998., Disponível em < portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf > Acesso em: 01 maio 2013

BOBBIO, Noberto. **O Conceito de Sociedade Civil** – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.Bobbio,Noberto.O_Conceito_de_Sociedade_Civil.pdf> Acesso em: 20 mar 2013

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Ministério da Educação e do Desporto. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 05 mai 2013

BUSATTO, César. **Governança Solidária Local. Desencadeando o Processo**. PMPA – Secretária Municipal de Coordenação Política e Governança Local. 2005 – Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/gsl_desencadeando_o_processo.pdf> Acesso em: 09 maio 2013

CASTAÑÓN, Gustavo Arja. **Psicologia humanista: a história de um dilema epistemológico**. Memorandum, 12, 2007 105-124. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a12/castanon01.pdf>> Acesso em: 03 nov 12

CANUTO, João Carlos. **Agricultura ecológica familiar, Mercados e Sustentabilidade Sociológica Global**. 2013. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Canuto_AgriculturaEcologicaFamiliarSustentabilidade_000fdregbyf02wx5eo0a2ndxyscg57tz.pdf> Acesso em: 08 maio 2013

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 99-106, Set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a11v8n13.pdf>> Acesso em: 15 maio 2013

COELHO, Pedro Motta Pinto. **O tratamento Multilateral do Meio-Ambiente: Ensaio de um Novo Espaço**. In: JUNIOR, Gélson Fonseca; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org). Temas da Política Externa Brasileira II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994. p.233-262

COHEN, John L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 419 a 459. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>> Acesso em: 18 mar 2013

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global: O Relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20. **Demandas Civilizatórias Do Processo De Facilitação Da Sociedade Civil Catarinense À Rio+20**. 2012 ^A. Disponível em <<http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/DOC-FINAIS-COMIT%C3%8A-CATARINENSE.pdf>> Acesso em 01 fev 2013

COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20. **Relatório Da Audiência Pública Apresentação Dos Resultados Do Processo Do Comitê Facilitador Da Sociedade Civil Catarinense Para A Rio+20**. 2012 ^B Disponível em <

<http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/Relat%C3%B3rio-Audi%C3%Aancia-P%C3%BAblica-Comit%C3%AA-SC-15.09.2012.pdf> > Acesso em: 01 fev 2013

COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20^C. **Edital de convocação para Audiência Pública.** Disponível em < http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/08/EDITAL_CONVOCACAO_AudienciaPublica.pdf > Acesso em: 01 maio 2013

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – CDES. Contribuições Para A Conferência Rio+20 Documento Conjunto “Acordo Para O Desenvolvimento Sustentável”. 2012. Disponível em: < http://fmclimaticas.org.br/sistema/publicacoes/arquivos/Contribui__es%20para%20a%20Rio_20.pdf > Acesso em: 30 abr 2013

CORDANI, Umberto G. Ecos da Eco 92 na reunião da SBPC. Estudos Avançados, 6(15), 1992. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a06.pdf> > Acesso em 14 maio 2013

CÚPULA DOS POVOS. **Documentos Finais Da Cúpula Dos Povos Na Rio + 20 Por Justiça Social E Ambiental.** 2012 Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/internacional/consultapos2015/declaracao-cupula> > Acesso em: 20 maio 2013

CÚPULA DOS POVOS. O que é. 2013. Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br/o-que-e>

DINIZ, Eliezer M.; BERMAN, Célio. **Economia Verde e Sustentabilidade.** Estudos Avançados 26 (74), 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a24v26n74.pdf> > Acesso em: 01 maio 2013

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; CURVELLO, Flávio Vieira; MONTEIRO, Gabriel Gouvêa. **Técnicas de Governo e Práticas Psicológicas: humanismo e empreendedorismos.** Revista: Temas em Psicologia – 2009, Vol. 17, nº1, p.261-274.ISSN 1413-389X. Disponível em: <<http://www.sbponline.org.br/revista2/vol17n1/PDF/v17n1.pdf#page=266>> Acesso em: 03 nov 12

FERIOTTI, Maria de Lourdes; CAMARGO, Dulce Maria Pompeo de. Diversidade, educação cultura e sustentabilidade: relacionando conceitos. O Mundo da Saúde São Paulo:2008:jul/set 32(3):359-366. Disponível em: < http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/63/359-366.pdf > Acesso em: 14 abr 2013

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social.

FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel. **A Banalização da sustentabilidade: Reflexões sobre governança ambiental em escala local.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a03v24n1> > Acesso em: 06 maio 2013

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra e Cultura Sustentável de Sustentabilidade.** Revista Lusófona de Educação, 2005, 6, 15-29. Disponível em < <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a02.pdf> > Acesso em 05 maio 2013

GPEEA. **Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental**. Disponível em < <http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/ConfTibilist.pdf> > Acesso em: 05 maio 2013

GOHN, Maria da Glória Gohn. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade* v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf> > Acesso em: 06 abr 2013

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+20 Ou Rio-20? Crônica De Um Fracasso Anunciado. *Ambiente & Sociedade* . São Paulo v. XV, n. 3 p. 19-39 set.-dez. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a03v15n3.pdf> > Acesso em: 08 maio 2013

HOBBS, Thomas. LEVIATÃ. 2013. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=3976 > Acesso em 03 mar 2013

JACOBI, Pedro. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2006, vol.9, n.1, pp. 183-186. ISSN 1809-4422. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1414-753X2006000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em: 29 out 2012

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n.118, p. 189-205 março/ 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> > Acesso em: 08 maio 2013

JACOBBI, Pedro; LUZZI, Daniel. Educação e Meio Ambiente – um diálogo em ação Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt22/t2211.pdf> > Acesso em: 06 maio 2013

KUNZLER, Ana Paula. O Brasil e o Meio Ambiente: perspectivas para a Rio+20. UNB – 2012. Disponível em: < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3761/1/2012_AnaPaulaKunzler.pdf > Acesso em: 15 maio 2013

LADWIG, Nilzo. Os Originais de Levantamento Cadastral de Campo. In LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. Espaço Urbano Sustentável. – Florianópolis: Insular, 2012. 57-78

LEITE, Emanuel Ferreira. **Ecoempreendedorismo e Gestão Ambiental**. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social*. São Paulo: Atlas, 2009.

LECHNER, Nobert. La (Problemática) Invocación de La Socied Civil. 2013. Disponível em: < http://dialnet.unirioja.es/servlet/dcfichero_articulo?codigo=2212722 > ACESSA em: 03 abr 2013

LEMINSKI, Paulo. A Revitalização do Conceito de Sociedade Civil. 2013. PUC-RIO. Certificação Digital N°0510785/CA. Disponível em: < http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510785_07_cap_02.pdf > Acesso em: 02 abr 2013

LOCKE, John. Segundo Tratado Sobre o Governo Civil. Editora Vozes: 2008. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/3270708/Clube-do-Livro-Liberal-John-Locke-Segundo-Tratado-Sobre-o-Governo-Civilebook> > Acesso em: 15 jan 2013

LOPES DE SOUZA, André Luiz. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**: uma reflexão crítica. Paper Do NAEA 45, Agosto 1994. Disponível em: < http://www.ead.sebrae.com.br/biblioteca/arquivos_padrao/GIno11/Biblioteca_35725.pdf > Acesso em: 11 maio 2013

LOWE, Norman. História do Mundo Contemporâneo. -4ª Ed.- Porto Alegre: Penso, 2011.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. **O mundo em Desordem**. Liberdade versus igualdade. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração e análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MCCLOSKEY, Jo; SMITH, Denis; GRAVES, Bob. Explorando o Malagro Verde: Implicações de marketing do movimento ambiental?. In: SMITH, Denis (org). As Empresas e o Ambiente: Implicações do Novo Ambientalismo. 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. **Dimensões da Sustentabilidade**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Disponível em: < <http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf> > Acesso em: 04 maio 2013

Ministério do Meio Ambiente. **Declaração de Tbilisi**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltibilisi.pdf> > Acesso em: 08 maio 2013

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação Escolar e Cultura(s): Construindo Caminhos. Revista Brasileira de Educação. Nº 23 - Maio/Jun/Jul/Ago. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf> > Acesso em: 05 maio 2013

MOREIRA DA SILVA, Cristiane. Agricultura Alternativa E Sustentabilidade: O Caso Do Assentamento Novas Vidas Em Ocara, Ceará. UFC-PRODEMA – 2004. Disponível em < <http://www.prodema.ufc.br/dissertacoes/109.pdf> > Acesso em: 07 maio 2013

MOREIRA NETO, Estevam Alves. Sobre a Sociedade Civil em Hegel, Marx e Gramsci. Grupo de Estudos de Política da América Latina. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503. 2010. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/5_estevamneto.pdf > Acesso em: 05 abr 2013

OLIVEIRA, Silvio Luiz De. **Tratado de Metodologia Científica**: Abordagem Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

MELO NETO, José Francisco de. Metodologias Participativas em Educação para os Direitos Humanos. 2013. Disponível em: <

http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca_on_line/modulo4/mod_4_zeneto_metodologias.pdf> Acesso em: 05 maio 2013

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade Civil entre o Político- Estatal e o Universo Gerencial. RBCS Vol. 18 nº. 52 junho/2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcso/v18n52/18072.pdf> > Acesso em: 04 abr 2013

OLIVEIRA, Pamela torres de; SILVA Gustavo Melo; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Exploração inicial do desenvolvimento e da governança local de um mercado municipal de tecelagem tradicional. 2013 – Disponível em: <http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo69.pdf> > Acesso em: 10 maio 2013

OLIVEIRA, Izes Regina de; MILIOLI, Geraldo. **Fomentando a Sustentabilidade do ecossistema Urbano**. In LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. Espaço Urbano Sustentável. – Florianópolis: Insular, 2012. 149-174

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^A. O Direito Humano à Água e Saneamento. 2010a. Disponível em < http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf > Acesso em: 01 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^A. **Guia - O Futuro que Queremos**. 2012a. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/03/Rio+20_Futuro_que_queremos_guia.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^B. **Resolução adotada pela Assembléia Geral [sobre o relatório do Segundo Comitê (A/64/420/Add.1)]**. Nações Unidas A/RES/64/236. Março/2010b. Disponível em: < <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-64-236-da-Assembl%C3%A9ia-Geral-da-ONU-traduzida.pdf> > Acesso em: 15 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^B. **Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável**. 2012b. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/> > Acesso em: 15 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^C. The Future We Want. 2012. Disponível em: < http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^D. Rio+20 in Numbers. 2012. Disponível em: < http://www.uncsd2012.org/content/documents/784rio20%20in%20numbers_final2.pdf > Acesso em: 13 maio 2013

PAVESE, Helena Boniatti. **Delineamentos de uma econômica verde**. 2011. p15-23. IN Política Ambiental / Conservação Internacional. Economia Verde: Desafios e Oportunidades - n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011. Disponível em < http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/politica_ambiental_08_portugues.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O conceito de sociedade civil. PUC-RIO. 2013.** Disponível em: < http://www.lambda.maxwell.ele.puc-rio.br/6617/6617_5.PDF > Acesso em: 30 abr 2013

PNUMA. Rumo a uma Economia Verde. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza. 2011. Disponível em < http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade - uma visão humanista.** *Ambient. soc.* Campinas July/Dec1999, n.5, pp. 233-240. ISSN 1809-4422. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1414-753X1999000200020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em: 11 nov 2012

RIBEIRO, Plínio. A Rio+20. Agora é que começa. 2013. Disponível em: < http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/textos_Rio+20.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

RIO+20. 2012. Disponível em < http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html > Acesso: 20 maio 2013

RODRIGUES, Lucas Aparecido; MARIETTO, Marcio Luiz. Agronegócio: Inovação e Gestão Rumo à Sustentabilidade. Disponível em: < <http://www.revistasapere.inf.br/download/terceira/AGRONEGOCIO.pdf> > Acesso em: 05 maio 2013

ROSSIN, Carlos; REZENDE, José. **Rio+20: Uma Oportunidade Para O Desenvolvimento Sustentável Da Agricultura Mundial.** 2012 . Disponível em: < http://www.pwc.com.br/pt_BR/br/publicacoes/setores-atividade/assets/agribusiness/tl-rio-20-12.pdf > Acesso em: 30 fev 2013

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social. Disponível em: < www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf > Acesso em: 20 jan 2013

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. Agenda 21 Catarinense, disponível em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=63&Itemid=46&lang=> Acesso em: 02 mar 2013

SOUZA, Gláucia Cardoso de; BÔLLA, Kelly Daiane Savariz. **Agricultura Urbana com base na Agroecologia: uma nova estratégia para o desenvolvimento sustentável das cidades.** In LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. Espaço Urbano Sustentável. – Florianópolis: Insular, 2012. 11-38

SILVA, Devanildo Braz da. **Sustentabilidade no Agronegócio:** Dimensões econômica, social e ambiental. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 03, p. 23-34, jul-dez 2012. Disponível em <

<http://www.unigran.br/revistas/mercado/paginas/arquivos/edicoes/3/3.pdf> > Acesso em: 09 maio 2013

SIQUEIRA, Hedi Crecencia Heckler de; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Construtivismo como método de pesquisa: Possibilidade de Geração de Conhecimento. *Resista Enferm – UERJ* 2007. Abr/Jun; 15(2):291-297. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a21.pdf>> Acesso em: 25 maio 2013

SCHMIDT, Luísa; GUERRA, João. **Da governança global à sustentabilidade local: Portugal e o Brasil em Perspectiva Comparada.** *Revista de Ciências Sociais, Fortaleza*, v. 41, nº 2, jul/dez, 2010, p. 106-124. Disponível em < http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v41n2/rcs_v41n2a8.pdf > Acesso em: 10 maio 2013

SMITH, Denis. **As Empresas e o Ambiente: Implicações do Novo Ambientalismo.** 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

TÁVORA, Fernando Lagares. A Herança da Rio+20. Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Temas_e_agendas_para_desenvolvimento_sustentavel/2_A_Heranca_da_Rio20.pdf > Acesso em: 05 maio 2013

THE GLOBAL COMPACT. Visão Geral e Resultados. Junho/2012. Disponível em: < http://www.pactoglobal.org.br/doc/RioCorpSustForum_Outcome_21June12_.pdf > Acesso em: 15/05/2013

TOMÉ SILVA, Calos Henrique R.. Rio+20: **Avaliação Preliminar De Resultados E Perspectivas Da Conferência Das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável.** Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado Federal do Brasil. 2012. Disponível em < http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Temas_e_agendas_para_desenvolvimento_sustentavel/1_Rio20-Avaliacao_Preliminar_de_resultados_e_perspectivas_da_Conferencia_das_Nacoes_Unidas_sobre_desenvolvimento_sustentavel.pdf > Acesso: 05 maio 2013

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração:** Introdução à pesquisa qualitativa em administração: questão teórica e epistemológica. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

UNRIC. Rio+20: **O Futuro da terra e da Humanidade Discute-se no Brasil.** Boletim do Centro regional de informação das nações unidas para a Europa Ocidental. Bruxelas – Junho/2012, Edição NR.62. Disponível em: < https://www.unric.org/pt/images/boletim/Boletim_Junho_2012.pdf > Acesso em: 12 maio 2013

UNITED NATIONS. **About the Rio+20 Conference.** 2013. Disponível em: < <http://uncsd2012.org/rio20/about.html> > Acesso em: 20 maio 2013

VALVASSORI, Morgana Levati; ALEXANDRE, Nadja Zim. Aplicação do Indicador de Salubridade Ambiental (ISA) para áreas Urbanas. Estudo de caso: município de Criciúma. In LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. Espaço Urbano Sustentável. – Florianópolis: Insular, 2012. 57-78

VILLANOVA, Carla; SOUZA, Silvio Claudio. ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E IDEOLOGIA: PERSPECTIVAS GRAMSCIANAS. 2013. Disponível em: < www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Carla_Z._Villanova_Souza_et_al.pdf > Acesso em: 05 maio 2013